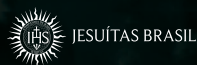


Cadernos **IHU** *ideias*



ISSN 1679-0316 (impresso) • ISSN 2448-0304 (online)
Ano 17 • n° 285 • vol. 17 • 2019



Isabelle Stengers *No tempo das catástrofes.*
Quinze questões e um artifício sobre a obra

Ricardo de Jesus Machado

INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS



 UNISINOS

Isabelle Stengers *No tempo das catástrofes*.
Quinze questões e um artifício sobre a obra

Isabelle Stengers In the time of catastrophes.
Fifteen questions and an artifice about the work

Resumo

Este ensaio versa sobre a obra *No tempo das Catástrofes* (2015), de Isabelle Stengers, professora de Filosofia da Ciência na Universidade de Bruxelas. Para apresentar cada um dos dezesseis capítulos da obra, foram desenvolvidas quinze questões e uma proposição. Nesse sentido, o texto articula aspectos teóricos desenvolvidos pela autora em perspectiva com acontecimentos que têm como pano de fundo o Brasil e o mundo. Assim, a proposta segue um modelo defendido pela própria autora de fazer atravessar aspectos teóricos com questões conjunturais, buscando uma aproximação pragmática, que ofereça caminhos de análise e atuação. Trata-se, em suma, de pensar aspectos políticos por meio da Filosofia da Ciência.

Palavras-chave: Antropoceno. Filosofia da Ciência. Filosofia. Aquecimento Global.

Abstract

This essay talks about the book *No tempo das catástrofes* (2015), from Isabelle Stengers, professor of Philosophy of Science at University of Brussels. To present every sixteen chapter from book, was developed fifteen questions and one proposition. In this way, this text join theoretical aspects developed from the author in perspective with social events in the Brazil and global scene. So, the proposals follow a model sustained by the author to make cross theoretical aspects with conjuntural issues, looking for a pragmatic point of view could be offer ways for analysis and action. Shortly, is a try thinking political aspects by the Philosophy of Science.

Keywords: Anthropocene. Philosophy of Science. Philosophy. Global Warming.

Cadernos
IHU *ideias*

Isabelle Stengers *No tempo
das catástrofes.*

**Quinze questões e um artifício
sobre a obra**

Ricardo de Jesus Machado

Jornalista e Mestre em Comunicação pela Unisinos

ISSN 1679-0316 (impresso) • ISSN 2448-0304 (online)
ano 17 • nº 285 • vol. 17 • 2019

 UNISINOS

INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS 

Cadernos IHU ideias é uma publicação quinzenal impressa e digital do **Instituto Humanitas Unisinos** – IHU que apresenta artigos produzidos por palestrantes e convidados(as) dos eventos promovidos pelo Instituto, além de artigos inéditos de pesquisadores em diversas universidades e instituições de pesquisa. A diversidade transdisciplinar dos temas, abrangendo as mais diferentes áreas do conhecimento, é a característica essencial desta publicação.

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS

Reitor: Marcelo Fernandes de Aquino, SJ

Vice-reitor: Pedro Gilberto Gomes, SJ

Instituto Humanitas Unisinos

Diretor: Inácio Neutzling, SJ

Gerente administrativo: Nestor Pilz

ihu.unisinos.br

Cadernos IHU ideias

Ano XVII – Nº 285 – V. 17 – 2019

ISSN 1679-0316 (impresso)

ISSN 2448-0304 (online)

Editor: Prof. Dr. Inácio Neutzling – Unisinos

Conselho editorial: MS Rafael Francisco Hiller; Profa. Dra. Cleusa Maria Andreatta; Prof. MS Gilberto Antônio Faggion; Prof. Dr. Lucas Henrique da Luz; MS Marcia Rosane Junges; Profa. Dra. Marilene Maia; Profa. Dra. Susana Rocca.

Conselho científico: Prof. Dr. Adriano Naves de Brito, Unisinos, doutor em Filosofia; Profa. Dra. Angelica Massuquetti, Unisinos, doutora em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade; Profa. Dra. Berenice Corsetti, Unisinos, doutora em Educação; Prof. Dr. Celso Cândido de Azambuja, Unisinos, doutor em Psicologia; Prof. Dr. César Sanson, UFRN, doutor em Sociologia; Prof. Dr. Gentil Corazza, UFRGS, doutor em Economia; Profa. Dra. Suzana Klipp, Unisinos, doutora em Comunicação.

Responsável técnico: MS Rafael Francisco Hiller

Imagem da capa: Joshua Stevens (Landsat data from the us geological survey / wikimedia commons). Imagem de satélite da foz do Rio Doce depois do rompimento da barragem de rejeito da Samarco.

Revisão: Carla Bigliardi

Editoração: Gustavo Guedes Weber

Impressão: Impressos Portão

<p>Cadernos IHU ideias / Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Instituto Humanitas Unisinos. – Ano 1, n. 1 (2003) - . – São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2003- . v. Quinzenal (durante o ano letivo). Publicado também on-line: <http://www.ihu.unisinos.br/cadernos-ihu-ideias>. Descrição baseada em: Ano 1, n. 1 (2003); última edição consultada: Ano 11, n. 204 (2013). ISSN 1679-0316 1. Sociologia. 2. Filosofia. 3. Política. I. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Instituto Humanitas Unisinos. CDU 316 1 32</p>
--

Bibliotecária responsável: Carla Maria Goulart de Moraes – CRB 10/1252

ISSN 1679-0316 (impresso)

Solicita-se permuta/Exchange desired.

As posições expressas nos textos assinados são de responsabilidade exclusiva dos autores.

Toda a correspondência deve ser dirigida à Comissão Editorial dos Cadernos IHU ideias:

Programa Publicações, Instituto Humanitas Unisinos – IHU
Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos
Av. Unisinos, 950, 93022-750, São Leopoldo RS Brasil
Tel.: 51.3590 8213 – Fax: 51.3590 8467
Email: humanitas@unisinos.br

ISABELLE STENGERS NO TEMPO DAS CATÁSTROFES. QUINZE QUESTÕES E UM ARTIFÍCIO SOBRE A OBRA

Ricardo de Jesus Machado

Jornalista e Mestre em Comunicação pela Unisinos

Prólogo – Uma cientista no altar da interrogação

Isabelle Stengers, nascida em 1949, é formada em Química e professora de Filosofia da Ciência na Universidade Livre de Bruxelas. Em 1993 foi laureada com o Prêmio de Filosofia da Academia Francesa. É autora de livros sobre Teoria do Caos, em parceria com Ilya Prigogine, físico-químico russo-belga e Prêmio Nobel, conhecido por seu trabalho com estruturas dissipativas, sistemas complexos e irreversibilidade. O primeiro deles, publicado em 1979, chama-se La nouvelle alliance. Desde 1989 é professora na universidade onde se formou, em Bruxelas, na Bélgica. Depois publicou mais de uma dezena de outros livros, entre eles A invenção das ciências modernas e, na segunda metade da década de 1990, a coleção Cosmopolitiques, que na versão francesa está dividida em sete volumes: La guerre des sciences; L'invention de la mécanique: Pouvoir et raison; Thermodynamique: La réalité physique en crise; Mécanique quantique: La fin du revê; Au nom de la fleche du temps; La vie et l'artifice: Visages de l'émergence; e Pour en finir avec la tolerance. A versão em inglês foi dividida em dois volumes. Esse trabalho nunca foi traduzido para o português.

O tempo

Há onze anos a humanidade experimentava, em escala global, aquela que seria uma de suas crises financeiras mais consistentes. Atualmente, nos vemos mergulhados dos pés à cabeça em suas entranhas, como que a *viver a crise* e não na crise. Repetimos o gesto de Isabelle Stengers realizado em outubro de 2008. Nessa data ela escrevia as últimas linhas de *No tempo das Catástrofes* (São Paulo: Cosac e Naify, 2015) e nós, no sentido inverso, exatos onze anos depois, abrimos as primeiras páginas de sua obra, como quem dá vida às palavras, como quem faz da catástrofe da crença absolutista na racionalidade humana um réquiem sobre si próprio.

O tempo em que este ensaio é escrito (em sua dobra semântica: como período histórico e qualidade climática) tem sua melhor definição nas palavras finais do poema *Autonomia* de Wisława Szymborska¹: “O abismo não nos divide / O abismo nos circunda”. (2016, p. 145). A crise como forma de vida assume no Brasil a institucionalidade do primeiro governo de extrema direita a vencer eleições presidenciais e a tomar posse em 1º janeiro de 2019. A obra, no entanto, não trata exatamente de política nos termos de uma Filosofia Política, mas de *política* nos termos da *Filosofia da Ciência*, cátedra na qual Isabelle Stengers dá aulas desde 1989.

Para apresentar a obra *No tempo das Catástrofes*, optamos por elaborar 15 perguntas e propor, ao final, um artifício, articulando aspectos teóricos do texto, com aspectos conjunturais. Qualquer aparência de redução da complexidade do pensamento engendrado por Stengers é efeito de um esforço didático de apresentação do livro, não de uma simplificação de sua potente obra filosófica. Recomendamos, para ampliar o espectro de compreensão da obra, consultar a bibliografia listada nas referências deste texto, bem como os vídeos de algumas conferências apresentadas pela autora no Brasil e no exterior.

1 **Wisława Szymborska** (1923-2012): foi uma escritora polaca galardoada com o Prêmio Nobel na área de literatura (1996). Poetisa, crítica literária e tradutora, viveu em Cracóvia, onde se formou em Filologia Polaca e Sociologia pela Universidade Jaguellonica. A sua extensa obra, traduzida em 36 línguas, foi caracterizada pela Academia de Estocolmo como “uma poesia que, com precisão irônica, permite que o contexto histórico e biológico se manifeste em fragmentos da realidade humana”, tendo sido a poetisa definida como “o Mozart da poesia”. Em 1991 recebeu o Prêmio Goethe e em 1996 foi agraciada com o Prêmio Nobel de Literatura.

1 – Crescer ou morrer, eis a questão?



Ator Laurence Olivier, em uma das primeiras versões cinematográficas de Shakespeare. (Reprodução: poetryfoundation.org)

Um Hamlet isabelliano, isto é, aquele escrito por Stengers, teria como questão existencial a seguinte pergunta: *crescer ou morrer, eis a questão?* O problema, no entanto, é que, diferente da versão tradicional, shakespeariana, não cabe mais somente a Hamlet a escolha. Mas voltamos uns passos atrás para explicarmos como chegamos a tal questão.

O primeiro capítulo do livro (e os capítulos não têm títulos, são apenas divisões numéricas) versa sobre como a catástrofe se tornou globalizada. A versão brasileira da publicação chegou às estantes em 2015, pela antiga editora Cosac & Naify, sete anos depois da primeira versão em francês. A autora conta que quando encerrava a escritura e revisão final do texto, em meados de outubro de 2008, as bolsas de valores haviam entrado em colapso e o governo dos Estados Unidos estava sendo convocado a salvar os atingidos pela catástrofe econômica que se anunciava. Mas a convocação era para salvar quem? As pessoas? Claro que não. Salvar os bancos.

Junto com a urgência de salvar a economia, vem junto a noção de que é imperativa a austeridade como política pública, que é preciso persistir, que não há outra escolha senão a de que o crescimento é a única saída – a despeito de tudo o que isso significa, da exploração ambiental à exploração das vidas humanas. Mas é justamente esse o problema cen-

tral, uma vez que o crescimento nos levará ao inevitável fim da linha. Como diz a autora, “O que sabemos agora é que, se aguentarmos firme e continuarmos a ter confiança no crescimento, vamos, como se diz, ‘dar de cara com a parede’” (STENGERS, 2015, p. 9).

O que os especialistas nos dizem é que precisamos acreditar no crescimento (o que quer que isso signifique). E nos interpelam com palavras de ordem cada vez mais claras, mas com perspectivas tanto mais obtusas. Se a barbárie nos avizinha, não podemos confundí-la com a versão grega, dos chamados povos incivilizados, como relata Stengers, mas termos em mente que se trata daquela

que, produzida pela história da qual tivemos tanto orgulho, foi caracterizada em 1915, por Rosa Luxemburgo em um texto escrito na prisão, quando “milhões de proletários de todas as línguas caem no campo da vergonha, assassinam seus irmãos, rasgam a própria carne com um canto de escravos nos lábios”. (STENGERS, 2015, p. 13).

Rosa Luxemburgo² apostava que as saídas seriam ou o socialismo ou a barbárie. Como diz Stengers (2015, p. 13), “não aprendemos grande coisa com o socialismo”, mas nos tornamos letrados na ladainha facínora de que não temos escolha, que o crescimento é a única saída. Em 2005, o Furacão Katrina devastou a cidade de New Orleans, na Louisiana, nos Estados Unidos. Exemplo tácito da barbárie de nossos tempos não foi o episódio climático, mas a resposta dada ao evento: “abandono dos pobres, enquanto os ricos encontravam abrigo” (STENGERS, 2015, p. 14).

No fundo, esse é o que poderíamos chamar de imperativo categórico do *tempo das catástrofes*, em que a escolha está em crescer ou morrer, mas apenas uma das alternativas é, por assim dizer, “democrática” e não por acaso a mais cruel. Diante dos novos tempos, a autora sugere que, dado que nossas crenças históricas nos colocaram em suspenso, devemos procurar criar uma vida, uma forma de vida, para “‘depois do crescimento econômico’, uma vida que explora conexões com novas potências de agir, sentir, imaginar e pensar” (STENGERS, 2015, p. 15).

2 **Rosa Luxemburgo** (1871-1919) foi uma filósofa e economista marxista polaco-alemã. Tornou-se mundialmente conhecida pela militância revolucionária ligada à Social-Democracia da Polônia (SDKP), ao Partido Social-Democrata da Alemanha (SPD) e ao Partido Social-Democrata Independente da Alemanha (USPD). Participou da fundação do grupo de tendência marxista do SPD, que viria a se tornar mais tarde o Partido Comunista da Alemanha (KPD). Seu nome em polaco é Róża Luksemburg e em alemão Rosa Luxemburg.

2 – Pode a Ciência evitar a barbárie?



Sudão do Sul, 2015. (Reprodução: Vice | Foto: Amr Dalsh/Reuters)

A Ciência, esta que se escreve com C maiúsculo, quase como substantivo próprio, que se constituiu a partir da ruptura com as crenças teocêntricas, colocando em seu lugar a razão humana, não nos parece ser capaz de evitar a barbárie. Ao contrário, é ela quem a produz. Ao mesmo tempo em que faz proliferar eufemismos como “desafio”. Essa é uma palavra inventada pelos especialistas para dizer que, mesmo com a catástrofe anunciada de nossos modos de vida capitalistas, não há alternativa, é preciso encará-lo.

Aqueles que, com os olhos brilhando confiam no mercado, em sua capacidade de triunfar sobre o que já não podem negar mas que chamam de “desafios”, perderam qualquer credibilidade, no entanto isso certamente não basta para dar ao futuro uma chance de fugir da barbárie (STENGERS, 2015, p. 18).

Se a catástrofe assumiu, nesse mundo, o apelido de desafio, caberá a nós produzir outros mundos, isto é, fazê-lo existir de outra maneira. Para isso, no entanto, resta-nos superar as travas impostas pela Ciência, que desautoriza centenas de milhares de pessoas em nome das palavras de ordem dos especialistas. Trata-se da redução da ciência à *economia do conhecimento*, transformando a barbárie em algo inevitável. Isso porque a Ciência, tal qual a concebemos e conhecemos, não nos deu, até agora, nenhuma garantia de que pode dar respostas sofisticadas sobre o

futuro, mas produz a todo instante palavras de ordem que expressam a crença no “des-envolvimento” (NODARI, 2017, p. 2).

(...) o que parece ser uma palavra de ordem vazia para ser utilizada em grandes relatórios sobre os desafios da época (“nossa economia é, a partir de agora, uma economia do conhecimento...”) designa, na verdade uma forte reorientação das políticas de pesquisa pública, que fazem, especialmente, da parceria com a indústria uma condição crucial dos financiamentos de pesquisa. E isso significa dar à indústria o poder de dirigir diretamente a pesquisa e ditar seus critérios de êxito (o registro de patentes, notadamente) (STENGERS, 2015, p. 19).

Em que pesem os cínicos apelos daqueles que detêm o poder de dizer que “devemos ser firmes e aguentar” e que nos devolvem a questão que lhes compete responder – “o que vocês fariam em nosso lugar?” (STENGERS, 2015, p. 21) –, damos-lhes o nosso riso e nosso escárnio. Se tal resposta parece deselegante, melhor que o seja, pois a outra opção seria apostar no consumo consciente e na palavra de ordem: “Consumam, o crescimento depende disso” (STENGERS, 2015, p. 22).

3 – Para que serve a certeza sem a perplexidade?



Campo de soja em Mato Grosso, Brasil. (Reprodução Getty Images | JC Patricio)

Colocarmo-nos contra aqueles que aprendemos a chamar de “nossos responsáveis” em uma oposição radical não parece ser produtivo. Precisamos, entretanto, assumir uma territorialidade fora do campo se-

mântico mobilizado por tais atores. Não é a certeza de que eles estão equivocados que produzirá saídas, mas nossa perplexidade cética diante de suas respostas. Demonstrar desconforto e desconfiança tende a ser mais produtivo, pois gera instabilidade e não abastece o moinho da “guerra cultural” discursiva, em que o *eles* e o *nós* funcionam como polos, no mais das vezes vazios.

O lema positivista, que em nossa baneira nacional foi amputado³ – *Ordem e progresso* –, bem poderia servir como mote da Ciência, aquela com C maiúsculo. Nosso papel é estar do lado das práticas científicas em sua diversidade de perspectivas e métodos, colocando-se contra a ciência rezudida aos interesses do capital. Contra a *ordem*, em favor do questionamento público, da sociedade civil organizada que coloca em causa o imperativo autoritário, tanto menos pela desobediência civil, tanto mais pela perplexidade diante dos avanços tecnocientíficos. Contra o *progresso* (compreendido como aumento das cadeias produtivas), em favor de toda a sorte de produtores rurais, de movimentos *slow food*⁴, veganismos, movimentos indigenistas, entre outros.

Retomando propriamente o texto de Stengers, ela lembra o caso dos Organismos Geneticamente Modificados - OGMs, que mobilizaram centenas de cientistas em torno de interesses corporativos, tiveram amplo apoio midiático, mas que, mesmo assim, tiveram de enfrentar, e ainda mais hoje, embates importantes com a população civil. O caso dos OGMs é emblemático para compreender como o neoliberalismo transforma a ciência em “economia do conhecimento”. Isso porque as sementes, um bem comum e natural, resultado do processo evolutivo do reino vegetal e compartilhado por todas as civilizações de todos os tempos, transforma-se em um ativo financeiro a favor da indústria química e contra o restante da população mundial, composta, cabe lembrar, de seres humanos, animais e vegetais. Os OGMs colocam em causa e apresentam de uma maneira muito didática a contradição da palavra de ordem (no marketing chamado de slogan) “a ciência a serviço de todos” (STENGER, 2015, p. 31).

3 A expressão original de Auguste Comte, o mais expressivo nome do movimento positivista francês, é a seguinte: “L’amour pour principe et l’ordre pour base; le progrès pour but” (COMTE, 1884, p. 90). Em tradução livre: Amor por princípio e ordem por base; o progresso como fim. Qual seja a perspectiva historiográfica que percorra da fundação da república no Brasil à Constituição Federal de 1988, demonstra o porquê do termo “amor” ter sido suprimido da expressão da bandeira nacional.

4 A edição 90 do *Cadernos IHU ideias* apresenta o texto *O Slow Food e novos princípios para o mercado*, de autoria de Eriberto Nascente Silveira, em que o autor desenvolve tensionamentos que a prática coloca não somente no consumo, mas também no mercado. O texto pode ser acessado no link <http://bit.ly/2A17hyb>.

Quando as palavras de ordem adquirem o status de “valor moral”, tal qual tem se praticado com o termo “progresso” ou “desenvolvimento”, o termo “inovação” transforma-se, no melhor dos casos, em uma distorção que o confunde com a liberdade de destruir um planeta cada vez menos explorável; e, no pior dos casos, simplesmente o transforma numa mentira. O progresso enquanto valor moralizante (não confundir com valor ético) e palavra de ordem é absolutamente claro em seu significado prático, mas ao mesmo tempo obtuso em relação a suas consequências, porque esconde uma premissa de base que é, antes de tudo, arbitrária e equivocada, postulada em tom de questionamento por Isabelle Stengers (2015, p. 34): “o que definiu a Terra como recurso explorável de forma ilimitada”.

Mais do que respondermos às questões contemporâneas diante de uma perspectiva antropocêntrica, a resposta que Gaia nos exige é a de como interromper o ciclo destrutivo que leva à catástrofe inúmeras outras espécies alheias aos nossos modos de vida eticamente irracionais. Como propõe Stengers (2015, p. 35), “Aquilo para o que temos que criar uma resposta é à intrusão de Gaia”. Em suma, *intrusão de Gaia* é como a autora chama o Antropoceno.

4 – Responder, mas responder a quem?



Na ocasião da foto, todos eram presidentes. Da esquerda para a direita: Vladimir Putin (Rússia), Donald Trump (EUA), Tran Dai Quang (Vietnã) e Xi Jinping (China), em novembro de 2017.

(Reprodução: Adrian Wyld/The Canadian Press via AP)

Isabelle é categórica ao afirmar que não é à Gaia que devemos responder, mas postular respostas em tom interrogativo a quem causou a intrusão de Gaia. Dizer Gaia, dar nome a este ser, não significa postular uma verdade, mas “atribuir àquilo que se nomeia o poder de nos fazer sentir e pensar no que o nome suscita” (STENGERS, 2015, p. 37). Para a autora é importante resistirmos à tentação de produzirmos oposições radicais entre o que conhecemos como “Ciência” e sobre outras ordens de saberes.

Mais do que o encadeamento de uma série de processos, Gaia é um ser. Deveríamos reconhecê-la como tal. “(...) ela é dotada não apenas de uma história, mas também de um regime de atividades próprio oriundo das múltiplas e emaranhadas maneiras pelas quais os processos que a constituem são articulados uns aos outros”. (STENGERS, 2015, p. 38). É preciso, por outro lado, tentar fugir do lugar comum que imagina a Terra, ou Gaia, com a imagem romântica de uma mãe afável e dócil (ainda que ela também não seja vingativa). Gaia responde aos nossos estímulos, caberia a nós, repetir o gesto tupinambá, vingar-nos daqueles que despertam a fúria de Gaia.

Ela tampouco busca fazer justiça, afinal de contas as regiões mais empobrecidas do planeta tendem a ser as primeiras a ser impactadas pelos efeitos de nossa agressão à Gaia. Tampouco é à Gaia que devemos nos reportar, mas a quem a agride, eles é quem devem nos dar respostas do porquê nos incluem em seus projetos ecocidas.

As questões a serem respondidas, como lembra Stengers, é por que continuamos obcecados em agredir um ser que é surdo às nossas explicações, por que continuamos a apostar no crescimento. É tolice interpelar Gaia, “Ela não nos pede nada” (STENGERS, 2015, p. 41). Talvez pareça mais interessante pararmos de ouvir os cientistas do imperativo desenvolvimentista e passarmos a questioná-los em suas proposições, sobretudo aqueles que pretendem apresentar respostas globais à intrusão de Gaia. O progresso científico tornou os reis ou estadistas descartáveis, prescindimos de suas tiranias, temos algo bem mais eficiente: os especialistas, que são muito capazes, capazes de tudo, inclusive de sujar as próprias mãos de sangue em nome da *ordem* e do *progresso*.

Os economistas [*que parecem ocupar o topo da pirâmide dos especialistas*, grifo nosso] e outros candidatos à produção de respostas globais fundadas na “ciência” só existem para mim como poder de prejudicar. A autoridade deles só existe na medida em que o mundo, nosso mundo, permaneça como está – ou seja, fadado à barbárie. Suas “leis” supõem, antes de tudo, que “nós” fiquemos em nosso lugar, desempenhemos os papéis que nos são atribuídos, tenhamos o egoísmo cego e a incapacidade congênita de pensar e de cooperar (STENGERS, 2015, p. 44).

5 – De onde vem a brutalidade?



Criança palestina sob vigilância de soldados das Forças Armadas de Israel. Colocamos a pergunta sobre o rosto para não expor a identidade da criança, a despeito da imagem ter ampla circulação na Internet.
(Reprodução: guerraarmas.wordpress.com)

A transformação dos verbos “inovar” e “empreender” em imperativos morais são ilustrativos de como na disputa narrativa o capitalismo foi produzindo um deslocamento semântico para a ordem do molar. Isto é, tenta fazê-lo operar a partir da psicologia social do indivíduo. Melhor seria compreendê-lo “como um funcionamento, ou uma máquina, que fabrica a cada conjuntura sua própria necessidade, seus próprios atores, e destrói aqueles que não souberam abraçar as novas oportunidades” (STENGERS, 2015, p. 46).

Produzimos uma espécie de inversão em nossa compreensão sobre o transcendente e o imanente, de modo que o capitalismo tem menos a ver com uma fé no materialismo e muito mais a ver com uma espécie de crença transcendental que as pessoas depositam no desenvolvimento como “única” alternativa possível para o futuro, apesar de todas as circunstâncias indicarem o contrário. De outro lado, Gaia, compreendida apenas como “repositório” de recursos, é vista somente em sua dimensão imanente, quando, na verdade, deveríamos ver nela, e em sua intrusão, um ser – imanente e transcendente – capaz de nos causar os mais terríveis temores. Se a brutalidade com que Gaia responde às nossas agressões não assusta, o é principalmente porque acreditamos no poder messiânico da resposta que o capitalismo dá à intrusão de Gaia.

A brutalidade de Gaia corresponde à brutalidade daquilo que a provocou, a de um “desenvolvimento” cego às suas consequências, ou, mais precisamente, que só leva em conta suas consequências do ponto de vista das novas fontes de lucro que elas podem acarretar. (...) Lutar contra Gaia não tem sentido, trata-se de aprender a compor com ela. Compor com o capitalismo não tem sentido, trata-se de lutar contra seu domínio (STENGERS, 2015, p. 47).

A visão épica do materialismo colocou o ser humano, mais precisamente o Homem – enquanto gênero e categoria sociológica –, como o ser que deveria dominar a natureza e os outros animais, pelo menos desde o Gênesis bíblico⁵, o que se daria por meio do trabalho humano. Entretanto, como sustenta a autora, “Teremos sempre que contar com Gaia, que aprender, à maneira dos povos antigos, a não ofendê-la” (STENGERS, 2015, p. 53).

6 – A que Senhor servem a Ciência e o Estado?



Vilarejo nos arredores da cidade de Mariana, Minas Gerais, após o rompimento da barragem de detritos da Mineradora Samarco/Vale.
(Reprodução | Foto: Felipe Floresti)

Em nossa terra infância, uma das primeiras frases que ouvimos de todos os adultos que nos circundam, principalmente quando damos os primeiros pas-

5 No Gênesis, Capítulo 1, versículos 26 e 28, consta a seguinte passagem: ²⁶ Façamos o homem à nossa imagem e semelhança; que eles dominem os peixes do mar, as aves do céu, os animais domésticos e todos os répteis. (...) ²⁸ E Deus os abençoou e Deus lhes disse: – Crescei, multiplicai-vos, enchei a terra e submetei-a; dominai os peixes do mar, as aves do céu e todos os animais que se movem sobre a terra.” (Bíblia, 2011)

sos, é “tenha cuidado”. Cientificamente, essa frase poderia ser compreendida por aquilo que é chamado de “princípio de precaução”. Evidentemente, a noção de “cuidado”, na ciência, assume contornos muito mais profundos. Quando se trata, no entanto, de “crescimento econômico” ou “desenvolvimento da economia”, a premissa do cuidado, que desde a infância somos instados a levar em conta, perde totalmente o valor. O que o princípio da precaução diz é o seguinte: “Ele se limita a afirmar que, para levar em conta um risco grave e/ou irreversível para a saúde ou para o meio ambiente, não é necessário que esse risco seja ‘cientificamente provado’” (STENGERS, 2015, p. 56).

Em uma sociedade onde os interesses de mercado prevalecem sobre quaisquer outros, sobretudo os humanos, a razão científica só tem valor quando apoia sua retórica na sustentação da regulação do próprio mercado. O que historicamente se constata é que aquilo considerado bom para o mercado desregulamentado é proporcionalmente inverso ao que é bom para a Terra e, conseqüentemente, para a vida. A julgar pelo fato de que a cada ano o planeta alcança mais cedo o *Dia da sobrecarga da terra*, ou seja, sua capacidade de regenerar bens extraídos da natureza em um intervalo de 12 meses.

Os cientistas, quando declinam de suas responsabilidades de fazer valer o princípio da precaução em nome do financiamento de suas pesquisas, deixam bem claro a quem servem. O Estado segue o mesmo caminho, oferecendo um porto seguro ao mercado a cada crise econômica, que ocorre a ciclos cada vez menores e mais intensos.

O tempo das catástrofes fez emergir o Empresário, aquele com E maiúsculo. “Com a figura do Empresário outras duas aparecem, pois o Empresário exige, mas é preciso que sua exigência seja ouvida. Essas duas figuras são o Estado e a Ciência” (STENGERS, 2015, p. 59). Não bastassem os dois clássicos tiranos, o Estado e o Mercado, a Ciência assume o papel de terceiro ladrão. Evidentemente nem toda ciência se presta a esse trabalho, mas aquela feita por “especialistas de mercado” sim, aquela que é aceita tanto pelo Estado quanto pelo Mercado.

(...) para opor os especialistas (a serviço do poder) e os pesquisadores (desinteressados), mas porque com a articulação Empresário-Estado-Ciência estamos bem próximos da lenda dourada que prevalece quando se trata da “irresistível escalada de poder do Ocidente”. Essa lenda põe efetivamente em cena a aliança decisiva entre racionalidade científica, mãe do progresso de todos os saberes, o Estado que se livrou enfim das fontes de legitimidade arcaicas que impediam essa racionalidade de se desenvolver, e o crescimento industrial que a traduz em princípio de ação eficaz (STENGERS, 2015, p. 61).

7 – Mas isso não é da sua conta. Sim, e daí?



Participantes do movimento *28ers!* nos Estados Unidos, grupo que defende o financiamento público para campanhas eleitorais federais, de modo a possibilitar a eleição de pessoas alheias ao *lobby* das indústrias. (Reprodução: *28ers.org*)

Uma maneira muito eficiente de nos fazer calar a boca é exigir as provas. “Prove que as consequências que vocês alertam vão acontecer de fato. Se forem incapazes, retirem-se daqui.” A exigência das provas ampara-se na crença de laboratório, em que um cientista experimental faz dado estudo e depois o transforma em um valor universal capaz de “explicar” (aspas de ironia) fenômenos alheios aos que ocorrem no ambiente controlado do laboratório.

Neste universo de disputa narrativa, do que pode ou não receber o status de verdade científica, não importa outras formas de saberes ancestrais dos povos ameríndios ou dos camponeses, por exemplo. É preciso dizer, com todo o sarcasmo de que somos capazes, que devemos ouvir o Engenheiro Ambiental, com seu diploma, ensinar aos indígenas o que é manejo sustentável. A Ciência só ouve diplomas, é surda para as pessoas, não importa o quanto sejamos capazes de gritar.

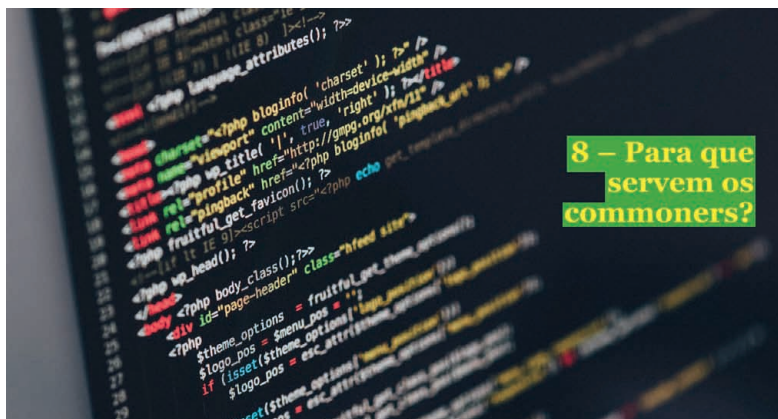
Em nome da ciência e de seu imperativo de objetividade, uma nova definição operante da pesquisa. Para dar apenas um exemplo, essa definição teria me excluído e ela faz com que os pesquisadores que se recusam a publicar o que se deve, onde se deve sejam fadados à marginalização (STENGER, 2015, p. 66).

Nesse contexto, se o Estado abre mão de seu papel de defender os interesses mais amplos (as minorias políticas aí incluídas), cabe a nós o papel não de nos colocarmos contra o Estado, mas de desconfiarmos dele. Estarmos atentos às suas ações, exigir que funcione a nosso favor. Stengers (2015, p. 67) esclarece que “mais interessante – sobretudo hoje, quando a função do Estado é, antes de tudo, a mobilização para a guerra econômica, sem nenhuma referência crível ao progresso – caracterizar o que o Estado faz a essas diferentes práticas, faz àqueles que trabalham a seu serviço”.

As razões de Estado, argui a professora, estão para o capitalismo como o ovo está para a galinha, de modo que produzem um processo sistemático de exclusão daqueles que não estão a serviço de tais motivações. Os “de fora”, os marginalizados, tendem a ser as populações orientadas à “lógica” da atenção, aos que não esqueceram a recomendação da infância “é preciso ter cuidado”. Além de tentar calar a boca, o Estado e a Ciência capturados pela perspectiva capitalista pretendem nos fazer crer que não é da nossa conta questões relativas ao progresso.

O surgimento de grupos que se metem no que não é da conta deles, que propõem, objetam, exigem participar da formulação de questões e aprendem como participar, é para ele, sempre e antes de tudo, uma “perturbação da ordem pública”, que é preciso tentar ignorar, e, se isso não for possível, será preciso produzir em seguida sua amnésia (STENGERS, 2015, p. 71).

8 – Para que servem os commoners?



Linha de programação em PHP, linguagem de páginas web.
(Reprodução: www.voffice.com.br)

Se o feudalismo marcou época com práticas sociais tiranas às quais não se deve fazer nenhuma concessão, o desenvolvimentismo desde a Primeira Revolução Industrial não ficou por menos, sobretudo em termos de exploração das populações mais empobrecidas. Some-se a isso o fato de que, diferente dos períodos feudais anteriores à organização do Estado, os trabalhadores fabris foram, pouco a pouco, perdendo a propriedade dos saberes coletivos trocados entre as comunidades. A autora resume esse processo com uma curta e clara frase: “Outra narrativa clássica, a de Marx, associa a expropriação dos commons com o que ele chama de ‘acumulação primitiva do capital’” (STENGERS, 2015, p. 73).

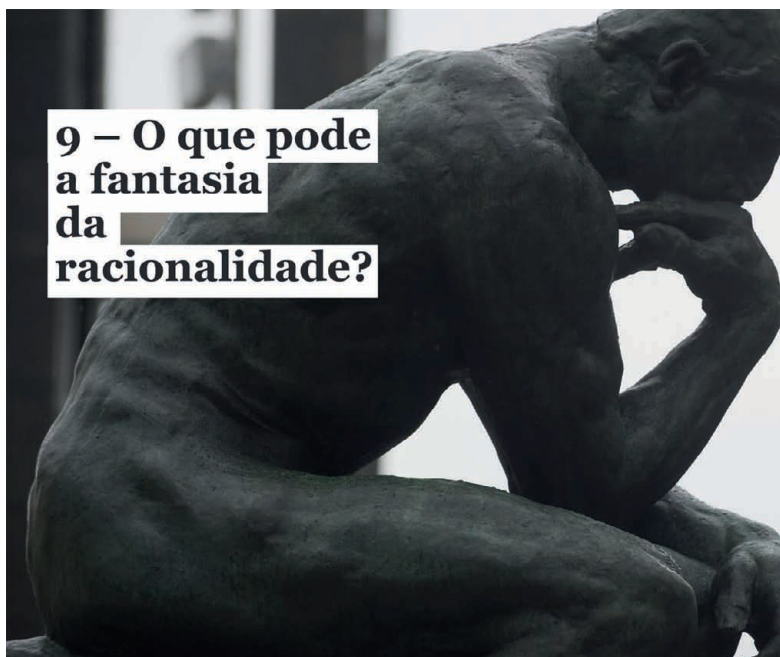
Tal processo desemboca naquilo que chamamos atualmente de “propriedade intelectual”. Mais do que isso, tal “direito”, com as aspas de ironia insolente, assume um caráter sacrossanto. “O Estado deixa o capitalismo meter a mão no que foi definido como de domínio público, e o capitalismo faz o Estado assumir a tarefa sagrada de expulsar aqueles que infringem o agora sacrossanto direito de propriedade intelectual”. (STENGERS, 2015, p. 75).

O capitalismo convertido em sua versão cognitiva tem menos a ver, como explica a pesquisadora, com a exploração da força de trabalho, e mais com o processo de naturalização da apropriação do que é comum. Os saberes, as sementes, as práticas comuns passam a operar sob o signo da patente e da propriedade. Os impactos gerados por essas transformações levam à extinção de modos de vida. “(...) o que foi destruído com os Commons não foram apenas meios de vida de camponeses pobres, mas também uma inteligência coletiva concreta ligada a esse comum do qual todos dependiam” (STENGERS, 2015, p. 79).

Os *commoners*, e Stengers fala dos programadores como um exemplo (mas não como sujeitos exemplares), são aqueles cuja existência e produção dependem uns dos outros, de modo que o que cada um produz importa para o outro. O que está no intervalo da produção de um e de outro *commoner* é o comum.

(...) o capitalismo “cognitivo” não se apropria do inapropriável, mas destrói (continua a destruir) o que constitui *comunidade*. O “comum”, aqui, não tem de modo algum os traços de uma espécie universal humano, garantia (conceitual) de um além das oposições. Ele é o que reúne os *commoners* (STENGERS, 2015, p. 80).

9 – O que pode a fantasia da racionalidade?



Le penseur (O pensador), escultura em bronze do artista francês Auguste Rodin.
(Reprodução: contrainfo.com)

A possibilidade de uma causa comum não vem do consenso, mas ao contrário, da possibilidade de, mesmo com divergências, encontrar-se algo que seja capaz de resistir a elas.

O engajamento em torno de uma causa comum é testado por uma divergência que pode se atualizar em conflitos pessoais. Às suspeitas sobre as ambições de uns – “Você está falando com eles, tornou-se um deles” –, responde-se com críticas à falta de dedicação dos outros – “Será que a culpa é minha, se sou o único que se esforça? Vocês tinham mais que...”. (...) Aqui não há solução geral, a única generalidade é a *necessidade de prever a tensão* (STENGERS, 2015, p. 83).

Disso decorre que um dos processos mais importantes não é o de eliminar os tensionamentos, as posições teóricas e práticas divergentes, mas de torná-las claras, explicitá-las. Não se pode jogar o bebê com a água do parto fora. Se a Ciência tende a ser moldada aos interesses do Empre-

sário, aquele com E maiúsculo para quem o Estado lhe concede o direito de fazer exigências, a prática científica é sua forma crítica. Devemos compreender, como propõe Stengers (2015, p. 85), como aquelas “que nos ensinam algo novo sobre o mundo e sobre as coisas”.

Quando os especialistas nos interpelam com palavras de ordem, nas mais das vezes moralizantes, sobretudo aquelas de que devemos ouvi-los, afinal são especialistas, é quando devemos colocar os dois pés para trás. Obedecer as palavras de ordem é o que desertifica o jardim da criatividade.

Isso se dá pela destruição das causas comuns, que causam impactos absolutamente decisivos na dificuldade que temos, hoje, de dar respostas não bárbaras à intrusão de Gaia. É preciso correr com todas as forças das respostas que sugerem uma postura moralizante frente ao Antropoceno.

Não se trata de uma recusa de tipo “moral”: recusar tomar o poder a fim de manter as mãos limpas. A questão é mais técnica: “tomar o poder” supõe que um governo o tem, que ele pode trair o papel que o capitalismo o faz desempenhar. Como *ter poder* é sem dúvida uma questão melhor, mas a resposta passa então por uma dinâmica de engajamentos produtores de “possíveis”, uma dinâmica que acaba com o sentimento de impotência coletiva sem fazer com que ele caia no terrível “Juntos tudo se torna possível!” (STENGERS, 2015, p. 88).

É da multiplicidade de perspectivas, das tensões e da construção de engajamentos que as práticas científicas engendram que surge a possibilidade de se produzir algo novo.

10 – Remédio ou veneno?



10 – Remédio ou veneno?

Cipó mariri, utilizado no preparo do chá da ayahuasca.
(Reprodução: www.paginasiete.bo)

Para que serve uma doença? Antes de tudo para vender remédio. Isabelle lembra que na Europa associações de pacientes acabam jogando água no moinho da indústria farmacêutica quando requerem o reconhecimento de um determinado comportamento como doença. É o caso da hiperatividade, por exemplo, que possibilitou ao mercado de drogas farmacêuticas a produção de centenas de medicamentos e com isso a multiplicação de centenas de milhares de doentes.

Na Grécia Antiga o termo *pharmakon* era utilizado para designar um componente que pode ser tanto um remédio como um veneno. O que determinaria sua natureza estava relacionado à dose a ser aplicada, que variava conforme a enfermidade do paciente. Quando a pesquisadora está falando dos *commoners*, em certo sentido está tratando disso. Eles, enquanto movimento de usuários de computador, podem agir como construtores de *commons* (como remédio) ou como inviabilizadores desse processo (como veneno). Vejamos um caso brasileiro.

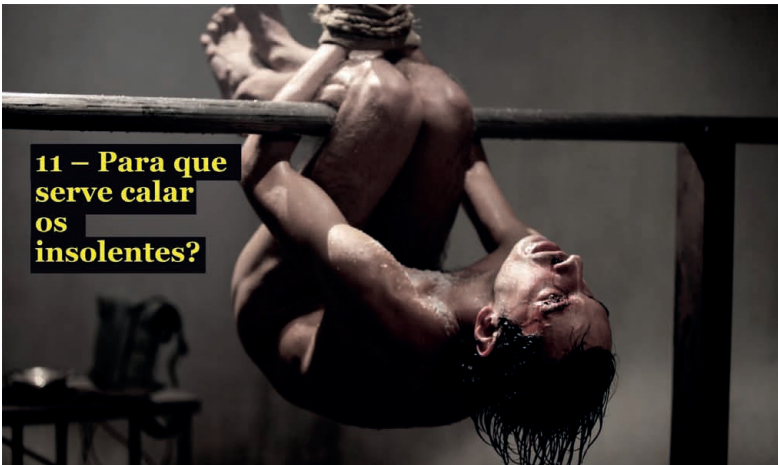
As redes sociais, por exemplo, permitem cada vez mais processos de organização política, mobilizando centenas de milhares, quando não milhões, de pessoas em torno de uma *hashtag*. Trata-se de um processo de produção de comum, mesmo havendo, certamente, inúmeras outras divergências entre os participantes. No entanto, essas mesmas redes sociais são capazes de oferecer relatórios detalhados sobre os usuários (por meio de vigilância e controle) e vender a agências de marketing político que fazem os usos mais escusos possíveis desses dados, inclusive para a disseminação de notícias falsas. Se de um lado as práticas favorecem a construção de conhecimentos comuns, que se dá por meio de engajamentos possíveis entre diferenças, de outro se apropriam desse saber em comunidade para transformá-los em dados que operam a lógica da propriedade intelectual vendendo informações que circulam publicamente. Isso gera impactos e assimetrias decisivas àquilo que chamamos democracia, à medida que tais dados psicométricos servem à manipulação da opinião pública. A primeira prática, da construção de um conhecimento comum e livre, é associada ao que poderíamos chamar de remédio; a segunda, ao veneno.

Na contramão dos interesses da sociedade, o papel do Estado é fundamental para a produção de consensos, sempre arbitrários, o que, por sua vez, inviabiliza a construção de saberes comuns. Assim o impossível torna-se o vetor das decisões autocráticas (com um fino verniz democrático) e imobiliza a imaginação política criativa, uma vez que os especialistas já nos alertaram sobre a impossibilidade de ter uma vida alheia ao sistema financeiro(sic). Devemos, portanto, não somente defender a pluralidade de pautas, lutas e perspectivas políticas, como também criar

ambientes que permitam o crescimento de políticas da diferença (não nos restringirmos às políticas de identidade) para que nas suas relações internas se torne possível construir políticas da coletividade como base no respeito às minorias.

Só existe uma única certeza de que o processo de criação “possível” deve fugir de um modo utópico como o diabo da cruz, e que apela para a superação dos conflitos, que propõe um remédio cujo interesse todos deveriam respeitar. A única generalidade consistente é que *qualquer criação deve incorporar saber de que ela não se arrisca em um mundo amigo, e sim em meio doentio*, de que ela terá que lidar com protagonistas – o Estado, o capitalismo, os profissionais etc. – que se aproveitarão de qualquer fraqueza e que acionarão todos os procedimentos possíveis de envenená-la (“recuperá-la”) (STEN- GERS, 2015, p. 99).

11 – Para que serve calar os insolentes?



Homem no chamado “pau de arara”. (Reprodução: historiadigital.org)

Gaia, como explica Stengers, é uma forma outra de transcendência, talvez esquecida ou inédita, de modo que o pensar deve ser entendido como reear pelos outros. Ou seja, abandonar uma posição demasiadamente autocentrada e antropocêntrica, em nome da defesa e proteção dos vulneráveis (não somente humanos, fique claro). Escolher essa opção significa, de um lado, não virar as costas ao momento, que é urgente;

e, de outro, manter uma espécie de postura “iluminista insolente”. Em suma, optar pela luta no exército de Brancaléone nos parece menos ridículo que se afeiçoar afetivamente a quem está no poder ou, no pior dos casos, ao próprio poder.

Ou ainda, de como herdar o riso insolente, a audácia de um Diderot contra esse “espírito científico” que pretende ser também herdeiro das Luzes, mas em nome do qual se faz com que insolentes se caíem. E, sobretudo, de como *tratar*, no sentido farmacológico do termo, o que desde as Luzes se reconhece como o remédio por excelência contra as errâncias da humanidade, o “espírito crítico” (STENGERS, 2015, p. 102).

É muito próprio dos jovens pesquisadores com pouco renome, mas com muita coragem, derrubar “crenças que supostamente nos dominam” (STENGERS, 2015, p. 103). Potente por um lado, a perspectiva crítica se esvazia em si própria quando reduz todas as possibilidades de pensamento à palavra de ordem do “tudo é construído”. Nisso a crítica se converte, tristemente, em economia do conhecimento, num cálculo de soma zero, onde tudo permanece como está. Diz Stengers (2015, p. 106): “O adjetivo ‘social’ esvaziou-se quando a ordem pública foi restabelecida e o Estado se encarregou do que tinha sido criado e o submeteu às suas categorias”. Quando a crítica se descola da prática científica dos pesquisadores (os desinteressados) e vai para o canto da sereia dos especialistas (os que atendem ao Estado e ao Mercado), ela converte-se em Ciência, com C maiúsculo, jogando água no moinho do progresso, afinal não há com que se preocupar, “é tudo construído”. O aquecimento global, aferido e testemunhado por diferentes modelos de análise científica e pelo testemunho de centenas de milhões de pessoas, torna-se um “fato construído”.

Em certo sentido, esse é o coração da pós-modernidade, em que tudo pode ser relativizado sob a clara palavra de ordem “é construído” (STENGERS, 2015, p. 108) e sobre obtusas consequências. A autora chama atenção para certo grau de obscenidade que há na crítica feroz que se fecha em si própria, que não abre novas questões, mas que sente um tipo de orgulho “chique”, como diz a autora, de imobilizar o pensamento. Quando muito a crítica vem arrematada com o cínico: não sabemos o que fazer. No fundo, pedagogicamente, o que tais posturas operam é transformar a crítica – esse *pharmakon* precioso – apenas em veneno, que serve para secar e calar a goela dos insolentes, estes pendurados no pau de arara da história contemporânea.

12 – Por que devemos temer os tolos?



Hitler passando em revista a tropa. (Reprodução: sabado.pt)

Logo no primeiro parágrafo do capítulo, Isabelle escreve: “Diremos que a tolice é algo que se apodera de alguns. E ela se apodera particularmente daqueles que se sentem em posição de responsabilidade e se tornam o que a partir de agora chamarei de ‘nossos responsáveis’” (STENGERS, 2015, p. 111). A tolice é menos uma questão cognitiva e mais uma ferramenta política, quem sabe uma estratégia. É nesse sentido que os tolos devem despertar em nós não nosso desprezo, mas nosso mais absoluto pavor, repulsa. A autora sustenta que atualmente “parece necessário ousar nomear a tolice que se apodera daqueles que o capitalismo faz assumirem a responsabilidade de manter a ordem pública” (STENGERS, 2015, p. 114).

Talvez estejamos, com certa perplexidade, diante de uma espécie de recalque do final do século XIX, quando, como postulou Deleuze, era a tolice um problema filosófico central. “(...) no século XIX, é a tolice que

assombra alguns, como Nietzsche, Flaubert, Baudelaire, que os fascina e causa horror”. (STENGER, 2015, p. 114).

Se a tolice em termos acadêmicos é algo que soa ridículo, em termos políticos ela é absolutamente funcional, capaz de imobilizar afetos de uma maneira bastante eficiente. Sobre o tema, Stengers postula:

Quando se diz que uma observação é “tola e maldosa”, caracteriza-se algo de notavelmente eficaz, mas de uma eficácia destruidora, que produz uma paralisia do pensamento daqueles que sofrem dela. Tornar perceptível a maneira como ela anestesia aqueles de quem se apodera, os impede de se deixar tocar por aquilo que, em uma situação, pode pedir que seja abordado, sentido, pensado. (...) Pois o importante para eles não é a situação, mas o que ruge atrás da porta, a massa terrível e informe das ilusões que esperam se aproveitar dessa situação para invadir a cena. (STENGER, 2015, p. 119).

13 – E, no entanto, a terra gira?



Planeta Terra visto da estação espacial internacional.
(Reprodução: frame do YouTube)

Conta-se que Galileu Galilei⁶ murmurou inaudível diante da luz das fogueiras católicas “e no entanto ela gira”, quando abjurou a tese heliocêntrica defendida por ele e postulada, décadas antes, por Nicolau Copérnico⁷, que há 20 anos tinha morrido. Galileu por isso mesmo não foi morto pela Inquisição, abjurou, mas Giordano Bruno⁸ teve menos sorte ao arder na fogueira santa. Mesmo com todo o desenvolvimento tecnológico do século XXI, caçadores de bruxas andam por aí a sustentar que a terra é plana, que mãe solteira é estado civil e que é preciso proteger a família cristã heteronormativa.

Tal qual os acusadores de Galileu, surdos para razões outras que não aquelas de suas crenças “científicas”, os fazedores de Ciência contemporâneos parecem ter aversão a abrir a porta do pensamento para saberes outros, que desafiam a razão de Estado e a economia do conhecimento. Inventaram uma palavra de ordem tão repugnante quanto cínica: Escola sem Partido. Logo no Brasil, cujos

-
- 6 **Galileu Galilei** (1564-1642): físico, matemático, astrônomo e filósofo italiano que teve um papel preponderante na chamada revolução científica. Desenvolveu os primeiros estudos sistemáticos do movimento uniformemente acelerado e do movimento do pêndulo. Descobriu a lei dos corpos e enunciou o princípio da inércia e o conceito de referencial inercial, ideias precursoras da mecânica newtoniana. Galileu melhorou significativamente o telescópio refrator e terá sido o primeiro a utilizá-lo para fazer observações astronômicas. Com ele descobriu as manchas solares, as montanhas da Lua, as fases de Vênus, quatro dos satélites de Júpiter, os anéis de Saturno, as estrelas da Via Láctea. Estas descobertas contribuíram decisivamente na defesa do heliocentrismo. Contudo a principal contribuição de Galileu foi para o método científico, pois a ciência se assentava numa metodologia de cunho mais abstrato. Por essa mudança de perspectiva é considerado o pai da ciência moderna
- 7 **Nicolau Copérnico** (1473-1543): astrônomo e matemático polonês, governador e administrador, jurista, astrólogo e médico. Desenvolveu a teoria heliocêntrica para o sistema solar, que colocou o Sol como o centro do sistema solar, contrariando a então vigente teoria geocêntrica – o geocentrismo (que considerava a Terra como o centro). Essa teoria é considerada uma das mais importantes descobertas de todos os tempos, sendo o ponto de partida da astronomia moderna. A teoria copernicana influenciou vários outros aspectos da ciência e do desenvolvimento da humanidade, permitindo a emancipação da cosmologia em relação à teologia. O IHU promoveu de 3-8-2005 a 16-11-2005 o ciclo de estudos *Desafios da Física para o Século XXI: uma aventura de Copérnico a Einstein*.
- 8 **Giordano Bruno** (1548-1600): foi um teólogo, filósofo e escritor condenado à morte na fogueira pela Inquisição romana (Congregação da Sacra, Romana e Universal Inquisição do Santo Ofício) por heresia ao defender erros teológicos e pela defesa do heliocentrismo de Copérnico. Leia também *Giordano Bruno, ícone da liberdade*, artigo de Massimo Bucciantini publicado nas Notícias do Dia, de 15-2-2015, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, disponível em <http://bit.ly/1IU4QrH>.; e *“Reabilita Giordano Bruno”*: o pedido de Frei Betto ao Papa, entrevista com Frei Betto reproduzida nas Notícias do Dia, de 14-4-2014, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, disponível em <http://bit.ly/132j474>.

livros didáticos até meados dos anos 1990 informavam que a Ditadura Civil-Militar de 1964 a 1985 havia sido um “governo militar”. A nós é preciso a coragem de desafiá-los e

Afirmar, a propósito de praticantes com referências confusas, “e, no entanto, eles curam” [*aqueles que praticam medicina tradicional sem diplomas universitários*, grifo nosso] diante de colegas escandalizados requer mais coragem, o tipo de coragem que os pesquisadores não apenas não cultivam, mas da qual são ativamente incitados a desconfiar (STENGERS, 2015, p. 123).

Se a nós não cabe a dúvida infantil se a terra gira, também não nos resta dúvidas que a intrusão de Gaia nos devora. Responder a essa devoração requer respostas locais, isto é, não consensuais. “(...) serão respostas sempre locais, no sentido em que local não significa ‘pequeno’, mas se opõe a ‘geral’ ou ‘consensual’”. (STENGERS, 2015, p. 125). Pensar respostas àquilo que produz a intrusão de Gaia requer pensar em sentido político, de modo que o coletivo seja o vetor principal, pensar em “torno de uma situação que se tornou ‘causa comum’, que faz pensar”. (STENGERS, 2015, p. 125).

Se ao longo de todo o texto criticamos a Ciência em nome da prática científica, o fizemos porque é importante superar a abstração teórico-científica em nome de um pensamento que tenha a experiência real (não a ilusão retórica das *fake news*) como vetor de mobilização do pensamento, como eixo capaz de produzir paixões alegres em torno do gosto pelo pensamento.

(...) as pessoas podem se tornar capazes de (re)tomar o gosto pelo pensamento. Ou seja, de descobrir que aquilo que lhes causava aversão, aquilo que se sentiam incapazes, não era o pensamento, indissociável de uma experiência prática concreta, mas o exercício, como efeito, bastante repugnante, de uma abstração teórica que requer que se transforme em anedota o que se sabe e o que se vive (STENGERS, 2015, p. 126).

Por mais que todas as espécies de terra-planistas nos atordoem com suas alucinações e os lunáticos anticomunistas, capazes de ver em qualquer pessoa minimamente ilustrada um bolchevique em potencial, convém jamais esquecer: no entanto ela gira.

14 – Como evitarmos nossa própria tolice?



Fotografia da exposição *Paradoxos de uma estética do esquecimento* de Oscar Muñoz. (Reprodução: museum.stanford.edu)

Não há vacina contra a tolice. Precisamos estar atentos para que não sejamos nós os tolos. Para Stengers, a oposição frontal, a destituição total de uma possibilidade de pauta comum, é uma forma de tolice e precisa ser evitada, porque no seu interior elimina a possibilidade de criar pautas coletivas. A versão polarizada desta tendência é ainda pior, porque transforma os polos, tão somente, em referência um ao outro.

Assim ela [*a oposição frontal*, grifo nosso] alimenta a tolice, pois aceita a questão de saber se “as pessoas são ou não capazes de...”. É o tipo de questão abstrata que não leva a lugar nenhum, a não ser, talvez, à escola e às suas operações de verificação (STENGERS, 2015, p. 131).

A obsessão pela igualdade absolutista se converte em algo negativo quando imobiliza a possibilidade de se construir diferenças no interior dos processos sociais. Em outros termos, pode-se dizer que a igualdade é uma espécie de *pharmakon*, “que pode se tornar veneno quando associada não a uma produção, mas um imperativo, e a um imperativo que sempre incumbe porta-vozes privilegiados” (STENGERS, 2015, p. 133). Implacável, a intrusão de Gaia coloca em xeque as respostas históricas que inventamos, do socialismo ao capitalismo. Tais respostas às conforma-

ções da vida no planeta são não somente precárias, mas indícios de que nossas categorias estão todas em suspeição. Seja porque acreditamos demasiadamente nas respostas da Ciência, seja porque confiamos demasiadamente no Estado, seja porque nos deixamos levar pelo canto da sereia do Mercado, cuja promessa de apaziguamento social depende de que fiquemos todos em silêncio.

No fundo, a questão que se impõe é como se manter firme, em um contexto cada vez mais mediado pela tolice, inflado pelas palavras de ordem, obtuso, como dissemos, em suas consequências. Como propor uma resposta, como saída única, incorre em retorno ao princípio, como um cachorro que persegue enfurecido o próprio rabo, Stengers sugere que sejamos capazes de construir uma pragmática da imaginação e criação política.

“(…) toda uma pragmática não de confissão, mas de imaginação e de criação dos meios para fazer passar a desigualdade através das diferenças, que não serão objeto de nenhum juízo, mas das quais os vetores da traição tirarão proveito se elas não forem levadas em conta” (STENGER, 2015, p. 136).

A igualdade postulada pela autora diz respeito àquela que é capaz de produzir um tipo de “liga” entre heterogêneos, não àquela que produz homogeneidades.

15 – Acaso o “acaso” é um artifício?



Imagem de urso polar no documentário *Before the flood*. (Reprodução: Netflix)

A polarização que tem marcado não somente os debates políticos, mas as relações sociais desde o último pleito no Brasil (senão desde 2014), despreza a divergência. A divergência naquilo que ela possui de artifício, de capacidade de se produzir uma liga entre heterogêneos. “Nomear Gaia, nomear a tolice e agora honrar as divergências na medida em que são relacionadas à situação e não às pessoas, são proposições cuja verdade se deve à sua eficácia”. (STENGERS, 2015, p. 139). A intrusão de Gaia exige que aprendamos, novamente, a ter cuidado. A barbárie não é mais imprevisível, ao contrário, ela é totalmente esperada, sobretudo por nossa surdez e cegueira à intrusão de Gaia.

Mas a prova continua sendo abandonar, sem nostalgia e desencanto, o estilo épico, a grande narrativa de emancipação em que o Homem aprende a pensar por si mesmo, já sem precisar de próteses artificiais. Essa grande narrativa nos envenenou não porque prometera a perspectiva ilusória da emancipação humana, mas porque definiu essa emancipação de forma aviltante, marcado pelo desprezo pelos povos e civilizações que nossas categorias julgavam bem antes de estarmos determinados a lhes levar, quisessem eles ou não, nossas luzes (STENGERS, 2015, p. 140).

Odiar os artifícios, tal qual odiar a técnica, não nos leva a saídas pragmáticas, mais que necessárias diante do que significa a intrusão de Gaia. “O ódio pelos artifícios (...) é o ódio pelo *pharmakon*” (STENGERS, 2015, p. 143). Produzir artifícios que coloquem em causa as palavras de ordem, sobretudo aquelas que se referem aos efeitos da intrusão como “acaso”, é apresentar uma resposta não à Gaia, mas àqueles que a ferem. Não deixa de ser repugnante, como descreve a autora, que o acaso seja invocado quando se trata de questões absolutamente sérias e relevantes sobre o futuro da vida no planeta. O termo aparece como algo autoevidente, como se não fosse um artifício construído por aqueles que fazem questão de não ver nem ouvir Gaia. Enquanto isso, nós, os que se preocupam com as consequências do capitalismo, mantemos uma postura arrogante, ignorando os artifícios, como “aqueles que não precisam de tais artifícios” (STENGERS, 2015, p. 145). Criar artifícios, nesse caso, é criar técnicas e narrativas capazes de descrever o tempo presente e produzir interrogações no interior das palavras de ordem que pretendem nos imobilizar e nos fazer calar.

16 – Um artifício.



Flor entre as frestas de um banco do parque. (Reprodução: Pinterest)

Encerrar a apresentação do livro de Stengers com uma “moral da história” não soa somente infantil, mas também ridículo. Resta-nos, como sugere a autora, “fazermos pegar” modos de vida outros que não os hegemônicos, tal qual fazemos com as plantas que cultivamos. “(...) ‘fazer pegar novamente’, como se diz das plantas – a capacidade de pensar e agir juntos” (STENGERS, 2015, p. 148). É como se diz sobre os períodos autoritários e sombrios, de “derrota em derrota até a vitória final”, é preciso se mobilizar pelos pequenos êxitos, que, por mais precários que pareçam, têm sua importância.

Embora as condições conjunturais do Brasil exijam um tipo de mobilização urgente, e o é por razões óbvias, é preciso, também, no interior de nossos debates, pensar a luta política como uma luta pelo futuro. Mais que isso, é preciso abandonar os sonhos de ricos que durante toda a vida social nos fazem crer. É necessário resistir ao silêncio sedutor diante de imperativos claramente desumanos e, não raro, mobilizadores de afetos totalitários e refratários à heterogeneidade. Precisamos, pragmaticamente, não retoricamente, construir artifícios que coloquem em causa aqueles que se apoderam da narrativa hegemônica sobre o que deveria ser o futuro.

A luta política deveria passar por todos os lugares onde se fabrica um futuro que ninguém ousa realmente imaginar, não se restringir à defesa dos sentimentos adquiridos ou à denúncia dos escândalos, mas se apoderar da questão da fabricação desse futuro. Quem paga os técnicos, como os cientistas são educados, que promessas fazem a máquina de fascinação funcionar, a que sonhos de rico confiamos a tarefa de “relançar a economia”? (STENGERS, 2015, p. 149).

Devemos, além disso, como lembra a autora, recordar Spinoza e seu livro *Ética* (2013) com sua ode às paixões alegres como vetores de produção científica, social e política. É preciso uma postura insolente, que faça falar os pontos divergentes e desnudar as palavras de ordem, despi-las de seu verniz moralizante e fazê-las transparecer em toda sua mediocridade. É preciso refletir, nos olhos do ódio, um sorriso alegre de quem não abre mão da imaginação política como vetor de existência.

A alegria, escreveu Spinoza, é o que traduz um aumento da potência de agir, ou seja, também de pensar e de imaginar, e ela tem algo a ver com um saber, mas um saber que não é de ordem teórica, pois não designa a princípio um objeto, mas o próprio modo de existência daquele que se torna capaz de sentir alegria. A alegria, poderíamos dizer, é a assinatura do acontecimento por excelência, a produção-descoberta de um novo grau de liberdade, conferindo à vida uma dimensão complementar, modificando assim as relações entre as dimensões já habitadas (STENGERS, 2015, p. 152).

Cabe a nós abandonar a pose heroica da narrativa humana, que nos fez acreditar na promessa de um futuro em que deveríamos confiar no Estado, na Ciência e no Mercado. A nós, como herdeiros de um futuro cuja intrusão de Gaia se tornou uma realidade cotidiana, cabe construir um artifício que seja capaz não de responder à Gaia, mas de fugir da prisão que os agressores de Gaia nos fizeram acreditar que era inevitável. Ou talvez como diria Spinoza, ver Deus em todas as coisas e todas as coisas em Deus.

Referências

Bíblia. Português. **Bíblia do Peregrino**. Tradução de Luís Alonso Schökel. 3. ed. São Paulo: Paulus, 2011. 3060 p.

COMTE, Auguste. *Testament D'Auguste Comte*. Paris: Ses Exécuteurs Testamentaires, 1884. 610 p. Disponível em: <<https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k65101713/f11.item.r=90.textImage>>. Acesso em: 02 nov. 2018.

NODARI, Alexandre. **Antropofagia**. Único sistema capaz de resistir quando a acabar no mundo a tinta de escrever. Simpósio Haroldo de Campos, 2015 (setembro, São Paulo). Disponível em <https://www.academia.edu/17573406/_Antropofagia._Único_sistema_capaz_de_resistir_quando_acabar_no_mundo_a_tinta_de_escrever_>. Acesso em: 13 jan. 2017.

PRIGOGINE, Ilya; STENGERS, Isabelle. **A Nova Aliança**: a metamorfose da ciência. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.

SILVEIRA, Eriberto Nascente. O Slow Food e novos princípios para o mercado. **Cadernos IHU Ideias**, São Leopoldo, n. 160, p. 1-23, out. 2011. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/images/stories/cadernos/ideias/160cadernosihuideias.pdf>>. Acesso em: 02 nov. 2018.

SPINOZA, Benedictus de. **Ética** / Spinoza. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

STENGERS, Isabelle. **A invenção das Ciências Modernas**. São Paulo, Editora 34, 2002.

_____. **Cosmopolitiques I** – La guerre des sciences/Isabelle Stengers. Paris: La Découverte; Le Plessis-Robinson (Essonne): Synthélabo, 1996.

_____. **Cosmopolitiques II** – L'Invention de la mécanique: pouvoir et raison/Isabelle Stengers. Paris: La Découverte; Le Plessis-Robinson (Hautes-de-Seine): Synthélabo, 1996.

_____. **Cosmopolitiques III** - Thermodynamique: la réalité physique em crise/Isabelle Stengers. Paris: La Découverte; Le Plessis-Robinson (Essonne): Synthélabo, 1997.

_____. **Cosmopolitiques IV** – Mécanique quantique: la fin du rêve/Isabelle Stengers. Paris: La Découverte; Le Plessis-Robinson (Essonne): Synthélabo, 1997.

_____. **Cosmopolitiques V** – Au nom de la flèche du temps: le défi de Prigogine/Isabelle Stengers. Paris: La Découverte; Le Plessis-Robinson (Essonne): Synthélabo, 1997.

_____. **Cosmopolitiques VI** – La vie et l'artifice: visages de l'émergence/Isabelle Stengers. Paris: La Découverte; Le Plessis-Robinson (Hauts-de-Seine): Synthélabo, 1997.

_____. **Cosmopolitiques VII** – Pour en finir avec la tolérance/ Isabelle Stengers. Paris: La Découverte; Le Plessis-Robinson (Hauts-de-Seine): Institut Synthélabo pour le progrès de la connaissance, 1997.

_____. **No Tempo das Catástrofes**. São Paulo: Cosac Naify, Coleção EXIT, 2015.

_____. **Quem tem medo da ciência?** Ciências e poderes. São Paulo: Editora Siciliano, 1990.

SZYMBORSKA, Wisława. **Um amor feliz** / Wisława Szymborska; seleção, tradução e prefácio de Regina Przybycien – 1. ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

CADERNOS IHU IDEIAS

- N. 01 *A teoria da justiça de John Rawls* – José Nedel
- N. 02 *O feminismo ou os feminismos: Uma leitura das produções teóricas* – Edla Eggert
- N. 03 *O Serviço Social junto ao Fórum de Mulheres em São Leopoldo* – Clair Ribeiro Ziebell e Acadêmicas Anemarie Kirsch Deutrich e Magali Beatriz Strauss
- N. 04 *Emani M. Fiori – Uma Filosofia da Educação Popular* – Luiz Gilberto Kronbauer
- N. 05 *O ruído de guerra e o silêncio de Deus* – Manfred Zeuch
- N. 06 *BRASIL: Entre a Identidade Vazia e a Construção do Novo* – Renato Janine Ribeiro
- N. 07 *Mundos televisivos e sentidos identitários na TV* – Suzana Kilpp
- N. 08 *Simões Lopes Neto e a Invenção do Gaúcho* – Márcia Lopes Duarte
- N. 09 *Oligopólios midiáticos: a televisão contemporânea e as barreiras à entrada* – Valério Cruz Brittos
- N. 10 *Futebol, mídia e sociedade no Brasil: reflexões a partir de um jogo* – Edison Luis Gastaldo
- N. 11 *Os 100 anos de Theodor Adorno e a Filosofia depois de Auschwitz* – Márcia Tiburi
- N. 12 *A domesticação do exótico* – Paula Caleffi
- N. 13 *Pomeranas parceiras no caminho da roça: um jeito de fazer Igreja, Teologia e Educação Popular* – Edla Eggert
- N. 14 *Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros: a prática política no RS* – Gunter Axt
- N. 15 *Medicina social: um instrumento para denúncia* – Stela Nazareth Meneghel
- N. 16 *Mudanças de significado da tatuagem contemporânea* – Débora Krichke Leitão
- N. 17 *As sete mulheres e as negras sem rosto: ficção, história e trivialidade* – Mário Maestri
- N. 18 *Um itinerário do pensamento de Edgar Morin* – Maria da Conceição de Almeida
- N. 19 *Os donos do Poder, de Raymundo Faoro* – Helga Iracema Ladgraf Piccolo
- N. 20 *Sobre técnica e humanismo* – Oswaldo Giacóia Junior
- N. 21 *Construindo novos caminhos para a intervenção societária* – Lucilda Selli
- N. 22 *Física Quântica: da sua pré-história à discussão sobre o seu conteúdo essencial* – Paulo Henrique Dionísio
- N. 23 *Atualidade da filosofia moral de Kant, desde a perspectiva de sua crítica a um solipsismo prático* – Valério Rohden
- N. 24 *Imagens da exclusão no cinema nacional* – Miriam Rossini
- N. 25 *A estética discursiva da tevê e a (des)configuração da informação* – Nísia Martins do Rosário
- N. 26 *O discurso sobre o voluntariado na Universidade do Vale do Rio dos Sinos* – UNISINOS – Rosa Maria Serra Bavaresco
- N. 27 *O modo de objetivização jornalística* – Beatriz Alcaraz Marocco
- N. 28 *A cidade afetada pela cultura digital* – Paulo Edison Belo Reyes
- N. 29 *Prevalência de violência de gênero perpetrada por companheiro: Estudo em um serviço de atenção primária à saúde – Porto Alegre, RS* – José Fernando Dresch Kronbauer
- N. 30 *Getúlio, romance ou biografia?* – Juremir Machado da Silva
- N. 31 *A crise e o êxodo da sociedade salarial* – André Gorz
- N. 32 *À mea luz: a emergência de uma Teologia Gay* – Seus dilemas e possibilidades – André Sidnei Musskopf
- N. 33 *O vampirismo no mundo contemporâneo: algumas considerações* – Marcelo Pizarro Noronha
- N. 34 *O mundo do trabalho em mutação: As reconfigurações e seus impactos* – Marco Aurélio Santana
- N. 35 *Adam Smith: filósofo e economista* – Ana Maria Bianchi e Antonio Tiago Loureiro Araújo dos Santos
- N. 36 *Igreja Universal do Reino de Deus no contexto do emergente mercado religioso brasileiro: uma análise antropológica* – Airlton Luiz Jungblut
- N. 37 *As concepções teórico-analíticas e as proposições de política econômica de Keynes* – Fernando Ferrari Filho
- N. 38 *Rosa Egípcaca: Uma Santa Africana no Brasil Colonial* – Luiz Mott
- N. 39 *Malthus e Ricardo: duas visões de economia política e de capitalismo* – Gentil Corazza
- N. 40 *Corpo e Agenda na Revista Feminina* – Adriana Braga
- N. 41 *A (anti)filosofia de Karl Marx* – Leda Maria Paulani
- N. 42 *Veblen e o Comportamento Humano: uma avaliação após um século de ‘A Teoria da Classe Ociosa’* – Leonardo Monteiro Monasterio
- N. 43 *Futebol, Mídia e Sociabilidade. Uma experiência etnográfica* – Edison Luis Gastaldo, Rodrigo Marques Leisner, Ronei Teodoro da Silva e Samuel McGinily
- N. 44 *Genealogia da religião. Ensaio de leitura sistêmica de Marcel Gauchet. Aplicação à situação atual do mundo* – Gérard Donnadieu
- N. 45 *A realidade quântica como base da visão de Teilhard de Chardin e uma nova concepção da evolução biológica* – Lothar Schäfer
- N. 46 *‘Esta terra tem dono’. Disputas de representação sobre o passado missionário no Rio Grande do Sul: a figura de Sepé Tiaraju* – Ceres Karam Brum
- N. 47 *O desenvolvimento econômico na visão de Joseph Schumpeter* – Achyles Barcelos da Costa
- N. 48 *Religião e elo social. O caso do cristianismo* – Gérard Donnadieu
- N. 49 *Copérnico e Kepler: como a terra saiu do centro do universo* – Geraldo Monteiro Sigaud
- N. 50 *Modernidade e pós-modernidade – luzes e sombras* – Evilázio Teixeira
- N. 51 *Violências: O olhar da saúde coletiva* – Éliada Azevedo Hennington e Stela Nazareth Meneghel
- N. 52 *Ética e emoções morais* – Thomas Kesselring
- N. 53 *Juízos ou emoções: de quem é a primazia na moral?* – Adriano Naves de Brito
- N. 54 *Computação Quântica. Desafios para o Século XXI* – Fernando Haas
- N. 55 *Atividade da sociedade civil relativa ao desarmamento na Europa e no Brasil* – An Vranckx
- N. 56 *Terra habitável: o grande desafio para a humanidade* – Gilberto Dupas
- N. 57 *O decrescimento como condição de uma sociedade convivial* – Serge Latouche
- N. 58 *A natureza da natureza: auto-organização e caos* – Günter Koppers
- N. 59 *Sociedade sustentável e desenvolvimento sustentável: limites e possibilidades* – Hazel Henderson
- N. 60 *Globalização – mas como?* – Karen Gloy
- N. 61 *A emergência da nova subjetividade operária: a sociabilidade invertida* – Cesar Sanson
- N. 62 *Incidente em Antares e a Trajetória de Ficção de Erico Veríssimo* – Regina Zilberman
- N. 63 *Três episódios de descoberta científica: da caricatura empirista a uma outra história* – Fernando Lang da Silveira e Luiz O. Q. Peduzzi
- N. 64 *Negações e Silenciamentos no discurso acerca da Juventude* – Cátia Girada da Silva
- N. 65 *Getúlio e a Gira: a Umbanda em tempos de Estado Novo* – Artur Cesar Isaia
- N. 66 *Darcy Ribeiro e o O povo brasileiro: uma alegoria humanista tropical* – Léa Freitas Perez
- N. 67 *Adoecer: Morrer ou Viver? Reflexões sobre a cura e a não cura nas reduções jesuítico-guaranis (1609-1675)* – Eliane Cristina Deckmann Fleck
- N. 68 *Em busca da terceira margem: O olhar de Nelson Pereira dos Santos na obra de Guimarães Rosa* – João Guilherme Barone
- N. 69 *Contingência nas ciências físicas* – Fernando Haas
- N. 70 *A cosmologia de Newton* – Leny Nemeke
- N. 71 *Física Moderna e o paradoxo de Zenon* – Fernando Haas
- N. 72 *O passado e o presente em Os Inconfidentes, de Joaquim Pedro de Andrade* – Miriam de Souza Rossini

- N. 72 *Da religião e de juventude: modulações e articulações* – Léa Freitas Perez
- N. 73 *Tradição e ruptura na obra de Guimarães Rosa* – Eduardo F. Coulinho
- N. 74 *Raça, nação e classe na historiografia de Moysés Vellinho* – Mário Maestri
- N. 75 *A Geologia Arqueológica na Usininos* – Carlos Henrique Nowalzki
- N. 76 *Campesinato negro no período pós-abolição: repensando Coronelismo, enxada e voto* – Ana Maria Lugão Rios
- N. 77 *Progresso: como mito ou ideologia* – Gilberto Dupas
- N. 78 *Michael Aglietta: da Teoria da Regulação à Violência da Moeda* – Octávio A. C. Conceição
- N. 79 *Dante de Laytano e o negro no Rio Grande Do Sul* – Moacyr Flores
- N. 80 *Do pré-urbano ao urbano: A cidade missioneira colonial e seu território* – Amo Alvarez Kem
- N. 81 *Entre Canções e versos: alguns caminhos para a leitura e a produção de poemas na sala de aula* – Gláucia de Souza
- N. 82 *Trabalhadores e política nos anos 1950: a ideia de "sindicalismo populista" em questão* – Marco Aurélio Santana
- N. 83 *Dimensões normativas da Bioética* – Alfredo Culleton e Vicente de Paulo Barreto
- N. 84 *A Ciência como instrumento de leitura para explicar as transformações da natureza* – Atílio Chassot
- N. 85 *Demanda por empresas responsáveis e Ética Concorrencial: desafios e uma proposta para a gestão da ação organizada do varejo* – Patrícia Almeida Ashley
- N. 86 *Autonomia na pós-modernidade: um delírio?* – Mario Fleig
- N. 87 *Gauchismo, tradição e Tradicionalismo* – Maria Eunice Maciel
- N. 88 *A ética e a crise da modernidade: uma leitura a partir da obra de Henrique C. de Lima Vaz* – Marcelo Perine
- N. 89 *Limites, possibilidades e contradições da formação humana na Universidade* – Laurício Neumann
- N. 90 *Os índios e a História Colonial: Iêdo Cristina Pompa e Regina Almeida* – Maria Cristina Bohn Martins
- N. 91 *Subjetividade moderna: possibilidades e limites para o cristianismo* – Franklin Leopoldo e Silva
- N. 92 *Saberes populares produzidos numa escola de comunidade de catadores: um estudo na perspectiva da Etnomatemática* – Daiane Martins Bocasanta
- N. 93 *A religião na sociedade dos indivíduos: transformações no campo religioso brasileiro* – Carlos Alberto Stell
- N. 94 *Movimento sindical: desafios e perspectivas para os próximos anos* – Cesar Sanson
- N. 95 *De volta para o futuro: os precursores da nanotecnologia* – Peter A. Schulz
- N. 96 *Vianna Moog como intérprete do Brasil* – Enildo de Moura Carvalho
- N. 97 *A paixão de Jacobina: uma leitura cinematográfica* – Mariñes Andrea Kunz
- N. 98 *Resiliência: um novo paradigma que desafia as religiões* – Susana Maria Rocca Larrosa
- N. 99 *Sociabilidades contemporâneas: os jovens na lan house* – Vanessa Andrade Pereira
- N. 100 *Autonomia do sujeito moral em Kant* – Valério Rohden
- N. 101 *As principais contribuições de Milton Friedman à Teoria Monetária: parte 1* – Roberto Camps Moraes
- N. 102 *Uma leitura das inovações bio(hano)tecnológicas a partir da sociologia da ciência* – Adriano Premebida
- N. 103 *ECODI – A criação de espaços de convivência digital virtual no contexto dos processos de ensino e aprendizagem em metaverso* – Eliane Schlemmer
- N. 104 *As principais contribuições de Milton Friedman à Teoria Monetária: parte 2* – Roberto Camps Moraes
- N. 105 *Futebol e identidade feminina: um estudo etnográfico sobre o núcleo de mulheres gremistas* – Marcelo Pizarro Noronha
- N. 106 *Justificação e prescrição produzidas pelas Ciências Humanas: Igualdade e Liberdade nos discursos educacionais contemporâneos* – Paula Corrêa Henning
- N. 107 *Da civilização do segredo à civilização da exibição: a família na vitrine* – Maria Isabel Barros Bellini
- N. 108 *Trabalho associado e ecologia: vislumbrando um ethos solidário, terro e democrático?* – Telmo Adams
- N. 109 *Transumanismo e nanotecnologia molecular* – Celso Candido de Azambuja
- N. 110 *Formação e trabalho em narrativas* – Leandro R. Pinheiro
- N. 111 *Autonomia e submissão: o sentido histórico da administração – Yeda Crusius no Rio Grande do Sul* – Mário Maestri
- N. 112 *A comunicação paulina e as práticas publicitárias: São Paulo e o contexto da publicidade e propaganda* – Denis Gerson Simões
- N. 113 *Isfo não é uma janela: Flusser, Surrealismo e o jogo contra* – Esp. Yenil Delanhesi
- N. 114 *SBT: jogo, televisão e imaginário de azar brasileiro* – Sonia Montañó
- N. 115 *Educação cooperativa solidária: perspectivas e limites* – Carlos Daniel Baioto
- N. 116 *Humanizar o humano* – Roberto Carlos Fávero
- N. 117 *Quando o mito se torna verdade e a ciência, religião* – Róber Freitas Bachinski
- N. 118 *Colonizando e descolonizando mentes* – Marcelo Dascal
- N. 119 *A espiritualidade como fator de proteção na adolescência* – Luciana F. Marques e Débora D. Dell'Aglio
- N. 120 *A dimensão coletiva da liderança* – Patrícia Martins Fagundes Cabral e Nedio Seminotti
- N. 121 *Nanotecnologia: alguns aspectos éticos e teológicos* – Eduardo R. Cruz
- N. 122 *Direito das minorias e Direito à diferenciação* – José Rogério Lopes
- N. 123 *Os direitos humanos e as nanotecnologias: em busca de marcos regulatórios* – Wilson Engelmann
- N. 124 *Desejo e violência* – Rosane de Abreu e Silva
- N. 125 *As nanotecnologias no ensino* – Solange Binotto Fagan
- N. 126 *Câmara Cascudo: um historiador católico* – Bruna Rafaela de Lima
- N. 127 *O que o câncer faz com as pessoas? Reflexos na literatura universal: Leo Tolstói* – Thomas Mann – Alexander Soljénitsin – Philip Roth – Karl-Josef Kuschel
- N. 128 *Dignidade da pessoa humana e o direito fundamental à identidade genética* – Ingo Wolfgang Sarlet e Selma Rodrigues Petterle
- N. 129 *Aplicações de caos e complexidade em ciências da vida* – Ivan Amaral Guernini
- N. 130 *Nanotecnologia e meio ambiente para uma sociedade sustentável* – Paulo Roberto Martins
- N. 131 *A philla como critério de inteligibilidade da mediação comunitária* – Rosa Maria Zaia Borges Abrão
- N. 132 *Linguagem, singularidade e atividade de trabalho* – Marlene Teixeira e Ederson de Oliveira Cabral
- N. 133 *A busca pela segurança jurídica na jurisdição e no processo sob a ótica da teoria dos sistemas sociais de Niklas Luhmann* – Leonardo Grison
- N. 134 *Motores Biomoleculares* – Ney Lemke e Luciano Hennemann
- N. 135 *As redes e a construção de espaços sociais na digitalização* – Ana Maria Oliveira Rosa
- N. 136 *De Marx a Durkheim: Algumas apropriações teóricas para o estudo das religiões afro-brasileiras* – Rodrigo Marques Leistner
- N. 137 *Redes sociais e enfrentamento do sofrimento psíquico: sobre como as pessoas reconstruem suas vidas* – Breno Augusto Souto Maior Fortes
- N. 138 *As sociedades indígenas e a economia do dom: o caso dos guaranis* – Maria Cristina Bohn Martins
- N. 139 *Nanotecnologia e a criação de novos espaços e novas identidades* – Marise Borba da Silva
- N. 140 *Platão e os Guarani* – Beatriz Helena Domingues
- N. 141 *Direitos humanos na mídia brasileira* – Diego Airosa da Motta
- N. 142 *Jornalismo Infantil: Apropriações e Aprendizagens de Crianças na Recepção da Revista Recreio* – Greycy Vargas
- N. 143 *Derrida e o pensamento da desconstrução: o redimensionamento do sujeito* – Paulo Cesar Duke-Estrada
- N. 144 *Inclusão e Biopolítica* – Maura Corcini Lopes, Kamila Lockmann, Morgana Doménica Hatte e Viviane Klaus

- N. 145 *Os povos indígenas e a política de saúde mental no Brasil: composição simétrica de saberes para a construção do presente* – Bianca Sordi Stock
- N. 146 *Reflexões estruturais sobre o mecanismo de REDD* – Camilla Moreno
- N. 147 *O animal como próximo: por uma antropologia dos movimentos de defesa dos direitos animais* – Caetano Sordi
- N. 148 *Avaliação econômica de impactos ambientais: o caso do aterro sanitário em Canoas-RS* – Fernanda Schutz
- N. 149 *Cidadania, autonomia e renda básica* – Josué Pereira da Silva
- N. 150 *Imagética e formações religiosas contemporâneas: entre a performance e a ética* – José Rogério Lopes
- N. 151 *As reformas político-econômicas pombalinas para a Amazônia: e a expulsão dos jesuítas do Grão-Pará e Maranhão* – Luiz Fernando Medeiros Rodrigues
- N. 152 *Entre a Revolução Mexicana e o Movimento de Chiapas: a tese da hegemonia burguesa no México ou "por que voltar ao México 100 anos depois"* – Claudia Wasserman
- N. 153 *Globalização e o pensamento econômico franciscano: Orientação do pensamento econômico franciscano e Caritas in Veritate* – Stefano Zamagni
- N. 154 *Ponto de cultura teko arandu: uma experiência de inclusão digital indígena na aldeia kaiowá e guarani Te'yikue no município de Caarapó-MS* – Neimar Machado de Sousa, Antonio Brand e José Francisco Sarmiento
- N. 155 *Civilizar a economia: o amor e o lucro após a crise econômica* – Stefano Zamagni
- N. 156 *Intermitências no cotidiano: a clínica como resistência inventiva* – Mário Francis Petry Londero e Simone Mainieri Paulon
- N. 157 *Democracia, liberdade positiva, desenvolvimento* – Stefano Zamagni
- N. 158 *"Passemos para a outra margem": da homofobia ao respeito à diversidade* – Omar Lucas Perroux Fortes de Sales
- N. 159 *A ética católica e o espírito do capitalismo* – Stefano Zamagni
- N. 160 *O Slow Food e novos princípios para o mercado* – Eriberto Nascente Silveira
- N. 161 *O pensamento ético de Henri Bergson: sobre As duas fontes da moral e da religião* – André Brayner de Farias
- N. 162 *O modus operandi das políticas econômicas keynesianas* – Fernando Ferrari Filho e Fábio Henrique Bittes Terra
- N. 163 *Cultura popular tradicional: novas mediações e legitimidades culturais de mestres populares paulistas* – André Luiz da Silva
- N. 164 *Será o decrescimento a nova nova de Ivan Illich?* – Serge Latouche
- N. 165 *Agostos! A "Crise da Legalidade": vista da janela do Consulado dos Estados Unidos em Porto Alegre* – Carla Simone Rodeghero
- N. 166 *Convivialidade e decrescimento* – Serge Latouche
- N. 167 *O impacto da plantação extensiva de eucalipto nas culturas tradicionais: Estudo de caso de São Luis do Paraitinga* – Marcelo Henrique Santos Toledo
- N. 168 *O decrescimento e o sagrado* – Serge Latouche
- N. 169 *A busca de um ethos planetário* – Leonardo Boff
- N. 170 *O salto mortal de Louk Hulsman e a desinstitucionalização do ser: um convite ao abolicionismo* – Marco Antonio de Abreu Scapini
- N. 171 *Sub specie aeternitatis – O uso do conceito de tempo como estratégia pedagógica de religião dos saberes* – Gerson Egas Severo
- N. 172 *Theodor Adorno e a frieza burguesa em tempos de tecnologias digitais* – Bruno Pucci
- N. 173 *Técnicas de si nos textos de Michel Foucault: A influência do poder pastoral* – João Roberto Barros II
- N. 174 *Da mônada ao social: A intersubjetividade segundo Levinas* – Marcelo Fabri
- N. 175 *Um caminho de educação para a paz segundo Hobbes* – Lucas Mateus Dalsotto e Everaldo Cescon
- N. 176 *Da magnitude e ambivalência à necessária humanização da tecnociência segundo Hans Jonas* – Jelson Roberto de Oliveira
- N. 177 *Um caminho de educação para a paz segundo Locke* – Odair Camali e Paulo César Nodari
- N. 178 *Crime e sociedade estamental no Brasil: De como la ley es como la serpiente: solo pica a los descalzos* – Lenio Luiz Streck
- N. 179 *Um caminho de educação para a paz segundo Rousseau* – Mateus Boldori e Paulo César Nodari
- N. 180 *Limites e desafios para os direitos humanos no Brasil: entre o reconhecimento e a concretização* – Afonso Maria das Chagas
- N. 181 *Apátridas e refugiados: direitos humanos a partir da ética da alteridade* – Gustavo Oliveira de Lima Pereira
- N. 182 *Censo 2010 e religiões: reflexões a partir do novo mapa religioso brasileiro* – José Rogério Lopes
- N. 183 *A Europa e a ideia de uma economia civil* – Stefano Zamagni
- N. 184 *Para um discurso jurídico-penal libertário: a pena como dispositivo político (ou o direito penal como "discurso-limite")* – Augusto Jobim do Amaral
- N. 185 *A identidade e a missão de uma universidade católica na atualidade* – Stefano Zamagni
- N. 186 *A hospitalidade frente ao processo de reassentamento solidário aos refugiados* – Joseane Mariéle Schuck Pinto
- N. 187 *Os arranjos colaborativos e complementares de ensino, pesquisa e extensão na educação superior brasileira e sua contribuição para um projeto de sociedade sustentável no Brasil* – Marcelo F. de Aquino
- N. 188 *Os riscos e as loucuras dos discursos da razão no campo da prevenção* – Luis David Castiel
- N. 189 *Produções tecnológicas e biomédicas e seus efeitos produtivos e prescritivos nas práticas sociais e de gênero* – Marlene Tamanini
- N. 190 *Ciência e justiça: Considerações em torno da apropriação da tecnologia de DNA pelo direito* – Claudia Fonseca
- N. 191 *#VEMPRARUA: Outono brasileiro? Leituras* – Bruno Lima Rocha, Carlos Gadea, Giovanni Alves, Giuseppe Cocco, Luiz Werneck Vianna e Ruda Ricci
- N. 192 *A ciência em ação de Bruno Latour* – Leticia de Luna Freire
- N. 193 *Laboratórios e Extrações: quando um problema técnico se torna uma questão sociotécnica* – Rodrigo Cicomet Dornelles
- N. 194 *A pessoa na era da biopolítica: autonomia, corpo e subjetividade* – Heloisa Helena Barboza
- N. 195 *Felicidade e Economia: uma retrospectiva histórica* – Pedro Henrique de Moraes Campetti e Tiago Wickstrom Alves
- N. 196 *A colaboração de Jesuítas, Leigos e Leigas nas Universidades confiadas à Companhia de Jesus: o diálogo entre humanismo evangélico e humanismo tecnocientífico* – Adolfo Nicolás
- N. 197 *Brasil: verso e reverso constitucional* – Fábio Konder Comparato
- N. 198 *Sem-religião no Brasil: Dois estranhos sob o guarda-chuva* – Jorge Claudio Ribeiro
- N. 199 *Uma ideia de educação segundo Kant: uma possível contribuição para o século XXI* – Felipe Braganolo e Paulo César Nodari
- N. 200 *Aspectos do direito de resistir e a luta social por moradia urbana: a experiência da ocupação Raízes da Praia* – Natalia Martinuzzi Castilho
- N. 201 *Desafios éticos, filosóficos e políticos da biologia sintética* – Jordi Maiso
- N. 202 *Fim da Política, do Estado e da cidadania?* – Roberto Romano
- N. 203 *Constituição Federal e Direitos Sociais: avanços e recuos da cidadania* – Maria da Glória Gohn
- N. 204 *As origens históricas do racionalismo, segundo Feyerabend* – Miguel Ângelo Flach
- N. 205 *Compreensão histórica do regime empresarial-militar brasileiro* – Fábio Konder Comparato
- N. 206 *Sociedade tecnológica e a defesa do sujeito: Technological society and the defense of the individual* – Karla Saraiva
- N. 207 *Territórios da Paz: Territórios Produtivos?* – Giuseppe Cocco
- N. 208 *Justiça de Transição como Reconhecimento: limites e possibilidades do processo brasileiro* – Roberta Camineiro Baggio
- N. 209 *As possibilidades da Revolução em Ellul* – Jorge Barrientos-Parra
- N. 210 *A grande política em Nietzsche e a política que vem em Agamben* – Márcia Rosane Junges
- N. 211 *Foucault e a Universidade: Entre o governo dos outros e o governo de si mesmo* – Sandra Caponi

- N. 212 *Verdade e História: arqueologia de uma relação* – José D Assunção Barros
- N. 213 *A Relevante Herança Social do Pe. Amstad SJ* – José Odelso Schneider
- N. 214 *Sobre o dispositivo. Foucault, Agamben, Deleuze* – Sandro Chignola
- N. 215 *Repensar os Direitos Humanos no Horizonte da Libertação* – Alejandro Rosillo Martínez
- N. 216 *A realidade complexa da tecnologia* – Alberto Cupani
- N. 217 *A Arte da Ciência e a Ciência da Arte: Uma abordagem a partir de Paul Feyerabend* – Hans Georg Flickinger
- N. 218 *O ser humano na idade da técnica* – Humberto Galimberti
- N. 219 *A Racionalidade Contextualizada em Feyerabend e suas Implicações Éticas: Um Paralelo com Alasdair MacIntyre* – Halina Macedo Leal
- N. 220 *O Marquês de Pombal e a Invenção do Brasil* – José Eduard Franco
- N. 221 *Neurofuturos para sociedades de controle* – Timothy Lenoir
- N. 222 *O poder judiciário no Brasil* – Fábio Konder Comparato
- N. 223 *Os marcos e as ferramentas éticas das tecnologias de gestão* – Jesús Conill Sancho
- N. 224 *O restabelecimento da Companhia de Jesus no extremo sul do Brasil (1842-1867)* – Luiz Fernando Medeiros Rodrigues
- N. 225 *O grande desafio dos indígenas nos países andinos: seus direitos sobre os recursos naturais* – Xavier Albo
- N. 226 *Justiça e perdão* – Xabier Etxeberria Mauleon
- N. 227 *Paraguai: primeira vigilância massiva norte-americana e a descoberta do Arquivo do Terror (Operação Condor)* – Martín Almada
- N. 228 *A vida, o trabalho, a linguagem. Biopolítica e biocapitalismo* – Sandro Chignola
- N. 229 *Um olhar biopolítico sobre a bioética* – Anna Quintanas Feixas
- N. 230 *Biopoder e a constituição étnico-racial das populações: Racialismo, eugenia e a gestão biopolítica da mestiçagem no Brasil* – Gustavo da Silva Kern
- N. 231 *Bioética e biopolítica na perspectiva hermenêutica: uma ética do cuidado da vida* – Jesús Conill Sancho
- N. 232 *Migrantes por necessidade: o caso dos senegaleses no Norte do Rio Grande do Sul* – Dirceu Benincá e Vania Aguiar Pinheiro
- N. 233 *Capitalismo biocognitivo e trabalho: desafios à saúde e segurança* – Elsa Cristine Bevilan
- N. 234 *O capital no século XXI e sua aplicabilidade à realidade brasileira* – Róber Iturrut Avila e João Batista Santos Conceição
- N. 235 *Biopolítica, raça e nação no Brasil (1870-1945)* – Mozart Linhares da Silva
- N. 236 *Economias Biopolíticas da Dívida* – Michael A. Peters
- N. 237 *Paul Feyerabend e Contra o Método: Quarenta Anos do Início de uma Provação* – Halina Macedo Leal
- N. 238 *O trabalho nos frigoríficos: escravidão local e global?* – Leandro Inácio Walter
- N. 239 *Brasil: Dialética da dissimulação* – Fábio Konder Comparato
- N. 240 *O irrepresentável* – Homero Santiago
- N. 241 *O poder pastoral, as artes de governo e o estado moderno* – Castor Barlolomé Ruiz
- N. 242 *Uma crise de sentido, ou seja, de direção* – Stefano Zamagni
- N. 243 *Diagnóstico Socioterritorial entre o chão e a gestão* – Dirce Koga
- N. 244 *A função-educador na perspectiva da biopolítica e da governamentalidade neoliberal* – Alexandre Filordi de Carvalho
- N. 245 *Esquecer o neoliberalismo: aceleração como terceiro espírito do capitalismo* – Moysés da Fountoura Pinto Neto
- N. 246 *O conceito de subsunção do trabalho ao capital: rumo à subsunção da vida no capitalismo biocognitivo* – Andrea Fumagalli
- N. 247 *Educação, indivíduo e biopolítica: A crise do governo* – Dora Lilia Marin-Díaz
- N. 248 *Reinvenção do espaço público e político: o individualismo atual e a possibilidade de uma democracia* – Roberto Romano
- N. 249 *Jesuítas em campo: a Companhia de Jesus e a questão agrária no tempo do CLACIAS (1966-1980)* – Iraneudson Santos Costa
- N. 250 *A Liberdade Vigia: Sobre Privacidade, Anonimato e Vigilantismo com a Internet* – Pedro Antonio Dourado de Rezende
- N. 251 *Políticas Públicas, Capitalismo Contemporâneo e os horizontes de uma Democracia Estrangeira* – Francini Lube Guizardi
- N. 252 *A Justiça, Verdade e Memória: Comissão Estadual da Verdade* – Carlos Frederico Guazzelli
- N. 253 *Reflexões sobre os espaços urbanos contemporâneos: quais as nossas cidades?* – Vinicius Nicastro Honesko
- N. 254 *Ubuntu como ética africana, humanista e inclusiva* – Jean-Bosco Kokozi Kashindi
- N. 255 *Mobilização e ocupações dos espaços físicos e virtuais: possibilidades e limites da reinvenção da política nas metrópoles* – Marcelo Castañeda
- N. 256 *Indicadores de Bem-Estar Humano para Povos Tradicionais: O caso de uma comunidade indígena na fronteira da Amazônia Brasileira* – Luiz Felipe Barbosa Lacerda e Luis Eduardo Acosta Muñoz
- N. 257 *Cerrado. O laboratório antropológico ameaçado pela desterritorialização* – Altair Sales Barbosa
- N. 258 *O impensado como potência e a desativação das máquinas de poder* – Rodrigo Karmy Bolton
- N. 259 *Identidade de Esquerda ou Pragmatismo Radical?* – Moysés Pinto Neto
- N. 260 *Itinerários versados: redes e identizações nas periferias de Porto Alegre?* – Leandro Rogério Pinheiro
- N. 261 *Fugindo para a frente: limites da reinvenção da política no Brasil contemporâneo* – Henrique Costa
- N. 262 *As sociabilidades virtuais globalizadas na metrópole: experiências do ativismo cibernético do grupo Direitos Urbanos no Recife* – Breno Augusto Soulo Maior Fontes e Davi Barbosa Cavalcanti
- N. 263 *Seis hipóteses para ler a conjuntura brasileira* – Sauro Bellezza
- N. 264 *Saúde e igualdade: a relevância do Sistema Único de Saúde (SUS)* – Stela N. Meneghel
- N. 265 *Economia política aristotélica: cuidando da casa, cuidando do comum* – Armando de Melo Lisboa
- N. 266 *Contribuições da teoria biopolítica para a reflexão sobre os direitos humanos* – Aline Albuquerque
- N. 267 *O que resta da ditadura? Estado democrático de direito e exceção no Brasil* – Giuseppe Tosi
- N. 268 *Contato e improvisação: O que pode querer dizer autonomia?* – Alana Moraes de Souza
- N. 269 *A perversão da política moderna: a apropriação de conceitos teológicos pela máquina governamental do Ocidente* – Osiel Lourenço de Carvalho
- N. 270 *O campo de concentração: Um marco para a (bio) política moderna* – Viviane Zaremski Braga
- N. 271 *O que caminhar ensina sobre o bem-viver?* Thoreau e o apelo da natureza – Flavio Williges
- N. 272 *Interfaces da morte no imaginário da cultura popular mexicana* – Rafael Lopez Villaseñor
- N. 273 *Poder, persuasão e novos domínios da(s) identidade(s) diante do(s) fundamentalismo(s) religioso(s) na contemporaneidade brasileira* – Celso Gabatz
- N. 274 *Tarefa da esquerda permanece a mesma: barrar o caráter predatório automático do capitalismo* – Acauam Oliveira
- N. 275 *Tendências econômicas do mundo contemporâneo* – Alessandra Smerilli
- N. 276 *Uma crítica filosófica à teoria da Sociedade do Espetáculo em Guy Debord* – Aílton Machado Peppe
- N. 277 *O Modelo atual de Capitalismo e suas formas de Captura da Subjetividade e de Exploração Social* – José Roque Junges
- N. 278 *Da esperança ao ódio: Juventude, política e pobreza do lulismo ao bolsionarismo* – Rosana Pinheiro-Machado e Lucia Mury Scalco
- N. 279 *O mal-estar na cultura medicamentada* – Luis David Castiel
- N. 280 *Mistérios da economia (divina) e do ministério (angélico). Quando a teologia fornece um paradigma para a filosofia política e esta retroage à teologia* – Alain Gignac
- N. 281 *A Campanha da Legalidade e a radicalização do PTB na década de 1960. Reflexos no contexto atual* – Mário José Maestri Filho
- N. 282 *A filosofia moral de Adam Smith face às leituras reducionistas de sua obra: ensaio sobre os fundamentos do indivíduo egoísta contemporâneo* – Angela Ganem
- N. 283 *Vai, malandra. O despertar ontológico do planeta fome* – Armando de Melo Lisboa
- N. 284 *Renda básica em tempos difíceis* – Josué Pereira da Silva



Ricardo de Jesus Machado é aluno do doutorado em Comunicação na Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, Jornalista e Mestre em Comunicação pela Unisinos. É, também, especialista em Filosofia pela Unisinos. As áreas de interesse são Comunicação, Semiótica, Antropofagia, Filosofia e Literatura. Profissionalmente, atua como jornalista do Instituto Humanitas Unisinos-IHU, onde é coordenador de comunicação, atuando no portal Institucional e na Revista IHU On-Line.

Alguns textos do autor

MACHADO, Ricardo de Jesus. **A ciência no altar da devoração: antropofagia epistêmica e metodologia**. In: Experiências metodológicas em pesquisas da comunicação / Yvets Morales, Leila Sousa, Bruna Lapa (Orgs.) – São Luís: EDUFMA, 2018. P. 17-42.

_____. **Semiofagias selvagens: perspectivas de uma Semiótica Multinaturalista**. In: Alexandre Rocha da Silva, Regiane M. de O. Nakagawa, Lizete Dias de Oliveira. (Org.). *Semiótica: desordens e incertezas*. 1ed. São Paulo: Editora Kuzuá, 2018, v. 1, p. 117-148.

_____. **“Eu digital”: identidade e audiovisualidades na web**. In: Patrice Flichy; Jairo Ferreira; Adriana Amaral. (Org.). *Redes digitais: um mundo para os amadores. Novas relações entre mediadores, mediações e mídiatização* [recurso eletrônico]. 1ed. Santa Maria: FACOS-UFSM, 2016, v. p. 97-120.

Outras contribuições

_____. Inácio, Charlie e nós, à espera de uma Primavera vindoura. **Revista IHU On-Line** - Edição 508 - Populismo segundo Ernesto Laclau, São Leopoldo/RS, p. 12 - 13, 07 ago. 2017.

_____. Carta para o “Eu” do futuro ou Para não dizer que falei de flores. Site - **Instituto Humanitas Unisinos - IHU**, 12 maio 2016.



UNISINOS